Forja

Publicação do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

Edição comemorativa
Junho de 2017

10 ANOS DE LUTA

SINDIMETAL RIO

Forja

Forja é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Esta é uma edição especial dos 100 anos.

Sede: Rua Ana Néri, 152, São Cristóvão – RJ.
Telefone: (21) 3295-5050.
Endereço eletrônico: contato@metalurgicosrj.org.br

Subsede de Nova Iguaçu: Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, 85 – Sala 404, Centro. Telefone: 3540-2452.

Subsede de Itaguaí – Av. Itaguaí, 219, sob., Lote 27, Qd 125 – Engenho. Tel – 3781-5429.

Projeto gráfico e diagramação: Paloma Oliveira.
Jornalista Responsável: Marcos Pereira JP 24308RJ.
Fotos: Bruno Bou, internet e arquivos do sindicato.
Impressão: Edigráfica.Tiragem: 3 mil exemplares.

Comissão dos 100 anos: Jesus Cardoso, Mônica Custódio, Roberto Fernandes, Severino Lourenço, Isa Martins, Egeson dos Santos, Raimunda Leone, Melquizedeque, Luisinho, João Miolo, Antônio Carlos e Marcos Pereira.

Gestão 2015-2019

Diretoria Executiva:

Jesus Cardoso (Presidente), Jorge Gonçalves (Secretário-Geral), Raimunda Leone (Secretaria de Finanças), Melquizedeque Cordeiro Flor (Secretaria Jurídica), Sérgio Gonçalves (Secretaria do Setor Siderúrgico) Égeson Conceição (Secretaria de Saúde do Trabalhador e Previdência), Roberto Fernandes (Secretaria de Combate ao Racismo e ao Preconceito), Jefferson Roberto Carneiro (Secretaria de Formação), José Ivanildo (Secretaria de Políticas Sociais), Luiz Cláudio de Oliveira (Secretaria do Setor de Bens de Capitais), Indalécio Wanderley Silva (Secretaria de Comunicação), Anelsino dos Santos Bento (Secretaria do Setor Naval), Alexandre Cavalcante Loyola (Secretaria de Relações Intersindicais), Severino Lourenço (Secretaria do Setor Eletroeletrônico), Isa Martins (Secretaria da Mulher).

Diretoria Colegiada

Alex Willian, Antonio Carlos Fritz, Bladimir Fernando Neves, Claudia Zago, David dos Santos, Edimar Henrique da Silva, Edson Carvalho da Costa, Eunice Barbosa, Fabrício S. Pinheiro, Glória Regina, Ilquias Araújo, João Carlos da Silva, João Carlos Silva dos Santos, Jorge Antônio, Jorge Luiz Valle, Jorge Ney, Katia M. Xavier, Leandro Santana, Leonardo dos Santos, Luiz Alberto Gomes de Souza, Luiz Augusto dos Santos Júnior, Luiz Claudio, Luiz Guimarães, Luiz Henrique, Marcio Ferraz, Márcio Roberto, Mônica Custódio, Olindino Cerqueira, Paulo César, Rogério Cavalca, Sérgio Muniz, Willian Saraiça, Wilson Sena.

Conselho Fiscal:
Carlos Rogério, Gildásio Pedral Couto, Ronaldo Bonifácio.

Suplentes do Conselho Fiscal
Alberto Gonçalves, Manuel Monteiro, Francisco José Martins.

Sumário

Entrevista Jesus Cardoso — 4
Nasce a União Geral dos Metalúrgicos — 7
O ataque aos direitos do trabalhador e a crise no Rio — 8
Bravas lutadoras numa maioria masculina — 10
Greve de 1979 — 12
Barrar o retrocesso para resgatar novo projeto nacional — 13
Greve de 1988 — 15
Festa dos 100 anos — 16
Quem não gosta de samba, bom sujeito não é! — 17
130 anos: a liberdade ainda não cantou — 18
Homenagens em Brasília — 20
O cosmonauta soviético visita a sede do Sindimetal — 21
100 anos da Revolução Soviética e o sonho operário — 22
9 de abril - Dia do Metalúrgico — 26
Formação do Operário-estudante — 26
Os anos passam e a dedicação continua — 27
Linha do tempo — 29
"Berço do samba e de lindas canções" — 30
Quem é do mar não enjoa — 32
Operários navais — 35
Primórdios da organização sindicalista — 37
Anos neoliberais de FHC — 39
Patrono dos metalúrgicos — 40
De metalúrgico para metalúrgico — 41
Fitmetal presta homenagens pelos 100 anos — 41
Congratulações pelos 100 anos do Sindimetal Rio — 42
João Saldanha: 100 anos de um revolucionário brasileiro — 45

Diretoria eleita em 2015

Ato pelas diretas já e fora Temer em Copacabana

Editorial

Em tempos de tantos ataques aos direitos dos trabalhadores, à organização sindical e à democracia, completar 100 anos de atividades em prol dos metalúrgicos é, sem dúvida, um motivo de orgulho para a nossa categoria.

São 100 anos de luta em defesa da democracia, do Brasil, do desenvolvimento, da soberania nacional e dos trabalhadores. Não foram poucas vezes que o Sindicato foi colocado na ilegalidade, com cassações, intervenções, trabalhadores presos e torturados. Metalúrgicos que foram simplesmente impedidos de trabalhar e até de fazer parte da diretoria do Sindicato apenas por expressar o direito de liberdade e democracia no país.

Nesses 100 anos este Sindicato se orgulha da sua história, pois nunca arriou a bandeira dos trabalhadores. Ao contrário, sempre esteve à frente das principais lutas ao lado da classe operária e da sociedade.

Nestes 100 anos relembramos aqueles que criaram esta entidade, os que ajudaram a construir nossa sede histórica e celebramos a todos que dia a dia mantêm este Sindicato de pé, firme na luta, sem desviar nem um centímetro do seu objetivo.

O país convive com um governo federal ilegítimo, sem voto ou apoio da sociedade. Um governo que planeja regredir com os direitos dos trabalhadores. Mas nada passará sem a luta dos trabalhadores, sem resistência. A unidade da classe operária é a força motriz que pode impedir o retrocesso e colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento e justo para os trabalhadores.

Centenário de luta

Marca histórica para os metalúrgicos e a classe trabalhadora brasileira

A atual gestão tomou posse em 15 de julho de 2015, com um mandato que se estende até 2019. O atual presidente, Jesus Cardoso (foto acima), foi eleito em uma chapa de unidade que reúne diversas forças políticas que atuam no seio da categoria.

A unidade é um ponto central do Sindimetal-Rio, principalmente neste momento de fortes turbulências no país, com o acirramento da disputa política e ideológica. Nesta conversa, Jesus reflete sobre esses dois primeiros anos de mandato, o centenário da entidade e destaca alguns caminhos e saídas para os trabalhadores.

> ***"O Sindicato foi criado para ser a entidade que defende os interesses da classe trabalhadora e essa gestão tem por meta buscar sempre que todos se sintam inseridos e representados"***

Unidade da categoria

Assim como nas gestões anteriores, esse mandato foi eleito com uma chapa de unidade, que precisa ser ratificada no seu dia a dia, no companheirismo, na solidariedade e nas atitudes que tomamos. Nosso norte precisa ser sempre o metalúrgico e a metalúrgica. São esses que nos cobram diariamente as ações que o Sindicato deve tomar.

Inclusive, é importante quando cada trabalhador faz essa cobrança. Muitos me ligam, mandam mensagens, vão ao Sindicato e exigem uma resposta nossa. Temos que estar preparados, sem vender ilusões, mas tratando com sinceridade todos os companheiros, mesmo que isso não os satisfaça inicialmente. Mas lá na frente, eles saberão que tratamos tudo com transparência.

Nós não somos diferentes dos trabalhadores das fábricas. Somos como eles, eleitos por eles para representá-los. O Sindicato foi criado para ser a entidade que defende os interesses da classe trabalhadora e essa gestão tem por meta buscar sempre que todos se sintam inseridos e representados. Por isso é importante reafirmar sempre a unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nosso mandato já teve um início desafiador, numa conjuntura complicada onde se pauta a perda de direitos. Nesta hora, ressaltamos a importância do Sindicato para organizar a luta por nenhum direito a menos.

O presidente no ano do centenário

É claro que quando foi criada a chapa e meu nome foi escolhido para ser o presidente do Sindicato, que essa questão nem passava em nossos pensamentos. Mas, obviamente, quando o tempo foi passando, o centenário foi se tornando mais palpável, isso virou também uma questão central. Cada vez que a gente conhece um pouco mais da história desta entidade, vai dando um orgulho ainda maior em fazer parte deste momento, é sem dúvida um capítulo da minha vida que vai ficar marcada, que poderei contar para meus filhos e netos. Aliás, não só pra mim, mas também para toda essa diretoria, a gestão dos 100 anos, e isso ninguém pode tirar da gente.

Desafios iniciais

Em primeiro lugar, essa gestão precisa honrar o sangue e o suor que os companheiros do passado deram. Completamos dois anos à frente do Sindicato, temos mais dois ainda, a situação política e econômica não é fácil, mesmo assim temos que seguir na luta, apresentar propostas e alternativas aos trabalhadores.

Nós não temos para onde correr. Nossa resposta precisa ser nas ruas. O que esse governo vem fazendo e ainda quer fazer é um retrocesso imenso. Nunca um governo em tão pouco tempo promoveu a quebra de direitos tão profundos. Esses caras querem a volta da escravidão. Eles precisam entender que os grilhões já foram quebrados, a classe trabalhadora não pode aceitar os absurdos que estão propostos.

Crise no setor naval

Nos últimos anos temos visto a indústria naval regredir enormemente, fruto da crise econômica, mas também da paralisação da Petrobrás e da operação Lava-Jato. Desde o final de 2014 já se apresentava um mercado decrescente no setor naval e na Petrobrás. Tivemos um final de 2016 ruim, por consequência de um 2015 péssimo. O setor naval é hoje um mercado dizimado. A gente imaginava que em 2016 iríamos estar no fundo do poço, mas não foi. Para 2017, parece que o fundo do poço já chegou, a indústria naval no Rio está dizimada.

Chegamos a ter em 2014 entre 15 mil e 18 mil funcionários somente no setor naval, sem contar as empresas que prestaram serviços para a Petrobrás em Itaguaí, como a EBE e a EBSE, ambas praticamente falidas. Temos ainda o Eisa, o Rio Nave e o Sermetal fechados. Do final de 2015 até o final de 2016, passaram pelo Sindicato mais de 20 mil trabalhadores relacionados, em sua grande maioria, ao setor naval e à Petrobrás. Além disso, o município do Rio vive um processo de desendustrialização, muitas empresas da nossa área fecharam, umas foram para outras cidades e até para outro estado, desempregando uma massa de metalúrgicos.

Importante salientar também a falta de ação do governo estadual do Rio de Janeiro. Em outros tempos, o Estado teve um protagonismo na defesa da nossa indústria naval, principalmente a partir da criação da secretaria de Energia, Indústria Naval e Petróleo, em 1999, que ajudou a alavancar esse setor, que se encontrava em frangalhos. Falta ao Rio de Janeiro assumir novamente seu papel indutor deste importante setor, inclusive ajudando o nosso Estado do Rio a sair deste buraco que se encontra atualmente.

Outros segmentos em debate

Para piorar, a crise no setor naval arrasta outros ramos também para o buraco, principalmente nas empresas

A luta em defesa do setor naval tem sido uma marca da atual gestão

que fornecem serviços e mão de obra para a Petrobrás e estaleiros. Outros dois importantes segmentos da nossa base estão em dificuldades por conta da crise econômica: nas oficinas mecânicas e de conversão de gás (Sindirepa) e nas de material mecânico, peças, informática e produtos eletrônicos, etc (Grupo-19/ Firjan). São setores que também têm demitido e até fechando as portas. Temos cobrado o que é de direito dos funcionários, a garantia do que já conquistamos em lei e nos acordos coletivos. Essa é uma luta difícil, que não se resolve em pouco tempo, mas que persistimos e temos certeza de que seremos vitoriosos.

Petrobrás e conteúdo nacional

Para piorar, a Petrobrás tem travado os investimentos e o governo Temer quer acabar com o conteúdo nacional, o que seria a pá de cal na nossa indústria naval. As últimas ações efetivas da Petrobrás, apoiadas francamente pelo IBP e por declarações do novo presidente da Agência Nacional do Petróleo, defendendo uma adequação nas regras do conteúdo nacional nas obras a serem contratadas pela estatal, além de uma posição dúbia e insegura do Ministério das Minas e Energia, despertaram uma grande angústia para os trabalhadores e até de parte do empresariado.

O conteúdo nacional beneficia as empresas e também os trabalhadores. Nós queremos que as obras fiquem aqui, porque nós temos qualificação para isso. Este é só o início para outros objetivos. É para a Petrobrás entender que nessa hora não tem divisão. Nessa hora tem a união para poder gerar os empregos. Por que nós temos que abrir o nosso mercado? Outros países protegem a sua indústria. As obras devem ser feitas aqui, me nosso país. A Petrobrás precisa entender que se o formato não é o ideal, que se negocie, e não se elimine com tudo.

Nenhum direito a menos

Ao mesmo tempo em defendemos nossos empregos, o desenvolvimento do país e o conteúdo nacional, também estamos na batalha pela manutenção dos nossos direitos. Desde o golpe de 2016, estamos vendo diariamente ataques contra as conquistas históricas dos trabalhadores. O governo federal e a maioria do parlamento – onde estão muitos empresários e seus asseclas – têm tentado promover um enorme retrocesso. Já aprovaram a terceirização desenfreada, precarizando as relações de trabalho. Têm ainda as reformas trabalhista e da previdência, ambas visando beneficiar apenas os patrões.

Na reforma trabalhista, eles querem aumento da jornada, diminuição do horário de almoço, parcelamento de férias e outros monstrengos. É uma ofensiva enorme do capital contra o trabalho. Na previdência, eles escondem que não há déficit, como já ficou comprovado por diversas

entidades que analisam os números de forma correta. Trata-se apenas de prejudicar o trabalhador, dificultar sua aposentadoria e rebaixar os benefícios.

Mas essa avalanche contra os nossos direitos tem encontrado forte resistência nas ruas. As mobilizações têm crescido, as manifestações no Rio de Janeiro são um exemplo, as greves gerais também foram muito importante. E vem muito mais por aí, até que seja possível derrotar estes projetos nefastos para o trabalhador brasileiro.

Futuro e novas batalhas

Podemos dizer que esses 100 anos estão sendo comemorados com muita luta. Estamos agora debatendo a campanha salarial de 2017. Como será? Como vamos exigir aumento e direitos em uma época de crise? Como chegaremos até o trabalhador? São questões que precisam ser analisadas, as coisas não são mais como fazíamos antes. Empresas históricas, com grande número de trabalhadores, hoje ou estão fechadas ou demitiram enormemente. Precisamos chegar aonde antes não íamos, falar com esse trabalhador que muitas vezes teme perder o emprego e mostrar a ele que é a nossa unidade que nos faz forte.

Por fim, é importante analisar esse período de golpe, tanto nos nossos direitos, como também um golpe institucional, onde a mídia, o judiciário – esses principalmente – tomaram partido na luta contra a democracia e os nossos direitos. Defendemos a punição dos corruptos, de quem cometeu crimes. Mas precisamos destravar o mercado. Com este desemprego, estamos na beira de uma convulsão social. Precisamos de uma retomada das obras no Brasil. Nós, como Sindicato e entendendo o sentimento do trabalhador, temos que fazer esta cobrança. Independente dessa situação de Brasília, da Lava Jato, que se tenha um movimento neste sentido. Nós estamos fazendo, nos unindo para esse grande objetivo. É um momento histórico que estamos vivendo. Precisamos de um final feliz.

Nasce a União Geral dos Metalúrgicos

No ano da Revolução Socialista na Rússia, a classe operária cria seu sindicato centenário

Paschoal Gravina

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro foi fundado em 1º de maio de 1917. Nascido como União Geral dos Metalúrgicos, o Sindimetal-Rio é o primeiro sindicato metalúrgico criado no Brasil. Passou por diversas mudanças de nome e estatuto. Isso ocorreu, principalmente, por alteração na condução política. Inicialmente, a categoria se organizava em vários sindicatos de diferentes ofícios. Em 1902 e 1903, o jornal da época, chamado Gazeta Operária já destacava a luta por melhores condições de trabalho nas oficinas de fundição.

No congresso de 1913, duas associações – o Sindicato dos Funileiros e Bombeiros Hidráulicos e o Sindicato dos Caldeiros de Ferro – representavam os metalúrgicos. Porém não há informação sobre a continuidade dessas organizações. A Primeira Guerra Mundial atingiu a classe operária e suas organizações, desmantelando as entidades.

O primeiro presidente do Sindicato, em 1917, foi Paschoal Gravina. Notável dirigente de massa, tendo participado da revolta popular de 1916 contra a carestia. Por sua atuação política foi diversas vezes encarcerado. Faleceu em 1934.

Dois meses após sua fundação, a entidade aderiu a um grande movimento grevista liderado pela Federação Operária. A paralisação envolvia grande parte do proletariado industrial do então Distrito Federal em luta pela jornada de oito horas de trabalho e aumento salarial, entre outras reivindicações.

A greve de 1917 foi resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarcosindicalista aliada à imprensa libertária. Esta mobilização operária foi uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil. O ano de 1917 também foi marcado pelo simbolismo da Revolução Russa para a classe operária mundial.

Em 1920, a União Geral dos Metalúrgicos foi dissolvida e criaram-se os sindicatos de ofício (funileiros e bombeiros; caldeireiros de cobre; ourives; fundidores, etc.) ligados por uma Federação Metalúrgica. Já em 1923, com a alteração de métodos e finalidades, é criada a União dos Operários Metalúrgicos do Brasil. Porém, em 1927, o governo aprovou leis restringindo a liberdade de imprensa e vários sindicatos foram fechados. Nos anos de 1930, com a revolução de Getúlio Vargas, o sindicalismo volta à legalidade, o que duraria pouco. Nessa época passa a funcionar a União dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, que se torna o centro da categoria.

A unificação dos vários ofícios não foi uma tarefa fácil, pois o metalúrgico se via como "fundidor", "caldeireiro" ou "torneiro mecânico", sem relação uns com os outros. Em 12 de novembro de 1932 houve uma forte reorganização da entidade e a União dos Trabalhadores Metalúrgicos é reconhecida como entidade sindical. Nessa época cresce a organização e a mobilização da categoria em prol de suas reivindicações.

Em 1932, um dos reorganizadores e presidente no mesmo ano do Sindicato foi Sabatino José Casine. Nascido em Minas Gerais em 12 de abril de 1895, foi secretário geral da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 1922; fundou a Aliança dos Operários Metalúrgicos de Niterói, sendo seu presidente em 1925 e representou os trabalhadores brasileiros em um congresso em Moscou em 1927. Casine faleceu no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1959. É em 1932 que o Sindicato ganha o atual nome.

Sabatino José Casine

ARTIGO

O ataque aos direitos do trabalhador e sua relação com a crise no Rio

Bruno Leonardo Barth Sobral*

"Governo nenhum que destrói direitos diz que vai destruir direitos. Se o governo dissesse 'eu vou devastar', 'eu vou fazer uma verdadeira devastação social' ele teria o repúdio. Então, a grande alquimia, a falácia que é profunda falsidade, é dizer que eu vou criar direitos destruindo direitos". (Ricardo Antunes, 2016).

No Brasil, diversos entraves históricos impediram grupos sociais explorados de superarem uma referência genérica como "povão". Apesar de conquistas fruto do movimento sindical e da redemocratização do país, ainda se manteve a dificuldade de identificação como classe trabalhadora, ou seja, um sujeito histórico que, por suas lutas e bandeiras históricas, fosse capaz de assumir um lugar de protagonista na agenda política nacional. Apesar disso, as elites e seus processos de modernização conservadora sempre tiveram um claro medo da participação do "povão" nas decisões, ou seja, uma não tolerância em ampliar o precário estado de direito.

A compreensão do Lulismo como projeto popular depende dessa perspectiva de classe. O Lulismo marca a possibilidade de uma "revolução passiva", na qual um movimento reformista ia gradualmente abrindo a possibilidade de novas modificações. De fato não deu margem a uma perspectiva revolucionária ativa, mas também não se tratou de mera concessão "pelo alto" de classes dominantes para a satisfação de algumas demandas sociais. Isso fica claro pela reação em prol da restauração das bases fundamentais da dominação de classe no curso de um golpe.

A gravidade das forças restauradoras só se compreende à medida que se enfatiza sua rejeição a qualquer possibilidade de avançar na renovação da ordem social diante do medo das massas exigirem mais e questionarem os limites da sociedade conservadora. A fim de evitar isso, as forças restauradoras desviam de uma rota que estava pressionando por uma maior radicalização da democracia e deslocam o problema para a recriação do Estado a ponto de transformar reivindicações sociais mais profundas em expressões de irracionalidade diante da necessidade de garantir estabilidade à ordem vigente.

Essas forças distorcem o sentido de uma lógica reformista retirando-lhe aspirações progressistas, passando a traduzi-las em franco combate a um suposto estatismo visto como imoral (permissivo à corrupção) e irracional (impede a eficiência econômica). O Estado antes reconhecido como arena de mediação política para garantir conquistas de direitos e proteção social, agora volta a ser visto como um empecilho às virtudes meritocráticas do capitalismo idealizado.

Nesse ínterim, a luta de classes deixa de ser por mais direitos como se desencadeou no Lulismo (mesmo sem organizar politicamente de forma satisfatória), e volta a ser para impedir a perda daqueles direitos já conquistados não só no período recente, mas historicamente sedimentados desde o Varguismo. Assume-se então o caráter duplo de resistência: a luta pela soberania nacional e a luta pelo valor do trabalho. De fato, trata-se de um recuo tático para tentar recompor suas bases sindicais e partidárias diante de uma correlação de forças altamente desfavorável que levou a negação da grande política.

É nesse contexto que precisa ser analisada a crise no Rio, dado que este território se tornou um laboratório para padronizar as ações federais pós golpe nos níveis estaduais e municipais. Primeiramente, destaca-se a farsa narrativa dominante: não se trata de "ajuda" federal. Afinal, não haverá um único repasse de dinheiro novo do orçamento da União para o governo fluminense. A União atua somente como uma credora que, diante do colapso financeiro do devedor, busca formas de recuperar um fluxo de pagamento de dívidas e encargos associados. Faz isso em troca de expor o devedor a mais dívida e retirar todos seus ativos com algum valor de mercado que ainda possua.

O que os defensores do pacote federal chamam de "medidas estruturais" são severas contrapartidas que desconsideram o efeito multiplicador do gasto público e o papel das políticas públicas. Sobre essa nomenclatura vistosa, "medidas estruturais", esconde aquilo que é exigido de forma inegociável para demonstrar que está retomando capacidade de pagamento da dívida

com governo federal e, assim, não ter o acordo sustado (com novos bloqueios e arrestos). Logo, não se trata da defesa dos interesses do Rio, e sim de atender os termos impostos pelo credor federal, doe a quem doer, com o impacto socioeconômico não mensurado no acordo que tiver.

Não é verdade que o acordo seja fundamental politicamente, dado que existem alternativas desconsideradas. Esse acordo se tornou a aposta central para negar que se amplie o debate público, dando sobrevida a um governo fraco para defender os interesses do Rio, em particular, prostrado frente a sucessivos bloqueios e arrestos federais. A venda da CEDAE foi irresponsável diante de nenhum estudo técnico que garanta o interesse público. Até o momento, não houve preocupação em assegurar o papel da empresa como instrumento de política pública. Ademais, não se colocou ainda uma única cláusula no acordo que impeça o desrespeito aos servidores públicos. Ao contrário disso, o que transparece que sempre a remuneração dos servidores será a variável de ajuste cíclico, ainda mais por se instaurar um teto de gastos públicos com o acordo. Portanto, nada garante que os direitos dos trabalhadores estão assegurados, podendo perdurar ou se repetir ataques.

Ao invés de buscar uma saída a partir da valorização da classe trabalhadora, aprofunda-se a retórica da austeridade para exigir mais sacrifícios do povo sem nenhum compromisso garantido no acordo de pleno funcionamento dos serviços públicos. Em particular, em nenhum momento, há uma previsão de que será apresentado um plano de recuperação econômica estadual para gerar uma inflexão positiva na trajetória crítica de receitas públicas, bem como se ignora que

Servidores protestam contra os atrasos nos salários

deveria fazer a politização necessária de controvérsias tributárias com a União e grandes empresas.

Para piorar, colocam-se falsas questões no centro do debate. Exemplo: o acordo assume a necessidade de supostos ajustes estruturais no Rioprevidência a partir de aumento de contribuições dos trabalhadores. Contudo, já se reestruturou o modelo de previdência dos servidores estaduais desde 2013, logo, não há ajuste estrutural nem déficit estrutural nenhum, basta ver cálculo atuarial. Os déficits que de fato existem são um custo de transição do próprio processo de reestruturação em curso, fruto de um passivo de origem. Por lei, esse passivo é de responsabilidade do governo estadual realizar um plano de amortização e não transferir o ônus para os trabalhadores.

Outro equívoco comum é o endosso a uma visão ideológica que fica contra os mecanismos de proteção legal às despesas que o governo ainda está proibido de assumir. Ao se realizarem sucessivos cortes de despesas sem conseguir com isso evitar déficits primários nas contas públicas, dado que as receitas caem mais, os apoiadores do acordo questionam o fato de o orçamento ficar cada vez mais restrito às despesas obrigatórias associadas aos direitos trabalhistas. Usam de uma hipocrisia moral ao falar que faltam recursos para gastos sociais por essa razão quando, na verdade, o problema é um processo recessivo e uma debilidade produtiva que só impor cortes e redução do estado não resolve.

Ao invés de se empenhar em combater a queda de receitas públicas, pretende-se empurrar para frente o problema e manter o Rio isolado politicamente em um quadro de grave tensão federativa. O governo estadual não esboça nenhuma análise de estratégia de desenvolvimento e os riscos que o acordo impõe, ficando aliviado de, em caráter temporário, ganhar uma folga no caixa. Para piorar, ele enxerga contrapartidas duras, que significam uma profunda renúncia consentida da autonomia fiscal, como se fossem legados a beneficiar a gestão pública. Na verdade, esse truque político-contábil só é capaz de gerar um otimismo de tolos que tem como única pretensão durar para além do término normal da gestão Pezão. Assim, ninguém assumiria as responsabilidades com a problemática de fundo: festejar agora uma humilhação federativa, e cada vez mais se cegar para uma profunda desvalorização do serviço público estadual.

Lutar contra isso não é uma luta que diz respeito somente aos funcionários públicos, mas de toda classe trabalhadora para esta voltar a pleitear o lugar de protagonista na agenda política nacional.

* Economista e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ).
Autor do livro "Metrópole do Rio e Projeto Nacional" (Garamond).

Bravas lutadoras numa maioria masculina

Participação das metalúrgicas é uma marca importante da entidade sindical

Isa Martins
Atual diretora da Secretaria da Mulher do Sindimetal-Rio

Ana Rocha*

"Nos 100 anos do sindicato, se houve uma redução da base da categoria, se as mulheres são minoria, se enfrentam a desigualdade salarial e a sobrecarga doméstica, não faltou espírito de luta e resistência contra as investidas dos patrões, contra os ataques à democracia e aos direitos dos trabalhadores."

A história dos metalúrgicos brasileiros talvez se coloque entre as experiências mais significativas no processo de formação da classe trabalhadora no país. No início do século XX, a categoria passou a assumir papéis decisivos nos principais eventos político-sindicais, sobrevivendo e recriando sua identidade através de conjunturas econômicas e políticas diversas, nas quais foi chamada a responder pelos desafios da sua representação e em função da contestação de políticas e práticas lesivas aos trabalhadores (Ramalho e Santana, 2001).

As lutas do ABC paulista nos anos 70 e 80, concreta e simbolicamente, coroaram a trajetória percorrida pelos metalúrgicos brasileiros ao longo do século XX, dando-lhes visibilidade e revelando o alcance de sua atuação. O movimento operário reaparece e se organiza a partir das fábricas, reivindicando sua autonomia em relação ao Estado e às organizações políticas. Nesse quadro marcado por um movimento operário emergente e um sindicalismo em vias de reestruturação em São Bernardo, é que se começa a questionar que nível de desenvolvimento atingiram as práticas reivindicatórias das operárias metalúrgicas e em que medida o movimento operário sindical de São Bernardo se redefiniu em face das práticas das operárias.

Nesse período foi realizado o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo, de 21 a 28 de janeiro de 1978. Organizado pela direção sindical, o Congresso tinha como objetivo estimular a participação das mulheres nas lutas sindicais pois, apesar do aumento do seu número nesta categoria, elas permaneciam praticamente ausentes das atividades sindicais, das assembleias e dos congressos. A pauta do Congresso tratou de "As mulheres e a legislação do trabalho", "As mulheres e as condições de trabalho" e "As mulheres e o sindicato". Vieram à tona nas discussões, questões como a desigualdade salarial, as más condições de trabalho", as punições frequentes, o controle dos chefes sobre o uso do banheiro, o aumento dos ritmos de produção, os preconceitos raciais, a necessidade de creche, dentre outras. Esse Congresso foi o ponto de partida para um ciclo de congresso de mulheres de outros sindicatos. Em 1986, realiza-se em São Paulo o 1º Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora.

No Rio de Janeiro, trabalhos têm demonstrado a importância política e social da categoria. A sede do sindicato do Rio de Janeiro foi local de eventos

significativos para o país e para a cidade. Foi palco, por exemplo, da famosa assembleia dos marinheiros, às vésperas do golpe militar de 64.Também foi centro de recolhimento de doações para as vítimas da enchente que flagelou a cidade em 1966. Justamente por seu papel político proeminente, durante o período da ditadura, a sede do sindicato sofreu invasões e depredações. Houve fechamento temporário e perseguição política a militantes metalúrgicos, bem como depredação de suas instalações e arquivos.

Os metalúrgicos do Rio de Janeiro sempre tiveram uma situação particular no que diz respeito às empresas de sua base territorial. Com exceção do setor naval, a maioria das firmas ao longo dos anos 80 e 90 manteve suas características: porte médio ou pequeno e tecnologicamente ultrapassadas. Quanto ao número de trabalhadores, a categoria foi considerada, durante muito tempo, a segunda em tamanho em todo país (Ramalho e Santana, 2001). Mas teve uma redução drástica devido aos efeitos da reestruturação do setor. Assim de uma categoria de 150 mil em 1979, passou para 40.000. E hoje com a crise econômica e política que atingiu o setor naval, diminuiu ainda mais.

Constata-se, por sua vez, uma baixa presença feminina, de apenas 15% contra 85% masculina. Idade média de 30 a 49 manos e a escolaridade concentrada no 1º e 2º graus. No período mais recente muitas jovens, sem filhos chegam à categoria. Muitas fábricas de concentração feminina foram fechadas. Observa-se ainda um baixo índice de sindicalização feminina. Do total de sócios do sindicato, pouco mais de 5% são mulheres, enquanto a média nacional é de 20%. Também verifica-se diferença salarial entre homens e mulheres .

Em pesquisa realizada entre trabalhadoras metalúrgicas da FAET, conseguiu-se aferir sua percepção sobre o significado do trabalho e da sobrecarga doméstica em suas vidas. Para elas, o trabalho apresenta-se como fundamental, sobretudo no aspecto da sobrevivência pessoal e familiar, valorizado para algumas como fator de autonomia econômica. Elas admitem a sobrecarga doméstica, já que a maioria executa todas as tarefas em casa, aí incluído o cuidado com os filhos e, em alguns casos, com os netos.

É justamente a tensão provocada pela necessidade de conciliar as exigências dos cuidados com a maior participação da mulher no mundo do trabalho é que vem impulsionando mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres, com repercussões demográficas e sociais. O adiamento da maternidade ou a opção de não ter filhos, bem como a diminuição do número destes são algumas das mudanças. O novo perfil da mulher trabalhadora também tem a ver com essa realidade. A pesquisa na FAET confirmou este novo perfil da mulher trabalhadora mais velha, com filhos. Por outro lado, a falta de perspectiva de mudança no âmbito do trabalho e da vida é uma das questões que chama atenção entre as trabalhadoras pesquisadas na FAET. Talvez aí esteja o motivo da baixa sindicalização, da dificuldade de uma luta organizada por seus direitos e por demandas mais sentidas nas suas condições de vida e trabalho, como creche e plano de saúde.

Nos 100 anos do sindicato dos metalúrgicos, se houve uma redução da base da categoria, se as mulheres são minoria, se enfrentam a desigualdade salarial e a sobrecarga doméstica, não faltou espírito de luta e resistência contra as investidas dos patrões, contra os ataques à democracia e aos direitos dos trabalhadores. Apesar da baixa sindicalização das mulheres devido aos obstáculos e sobrecargas em sua caminhada, muitas metalúrgicas se tornaram diretoras sindicais e tiveram papel de destaque nesses 100 anos do sindicato, em defesa dos direitos, contra as desigualdades e todo tipo de opressão.

Este jubileu ocorre, de um lado, no Brasil pós-golpe e no mundo capitalista em crise, onde uma onda conservadora visa a retirada de direitos, com a ameaça de reforma trabalhista e previdenciária e frear a caminhada libertadora das mulheres. Por outro, simbolicamente, coincide com os 100 anos da Revolução Russa, que descortinou a perspectiva socialista, de um mundo sem exploração.

Ao comemorar estas duas datas, as metalúrgicas buscam a garra de sempre para resistir às armadilhas do capitalismo em crise, acreditando na unidade de classe, na luta , para superar essa onda perversa e desigual.

*Ana Rocha – jornalista e psicóloga, Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa da UBM. Fez mestrado em Mulher e Trabalho na UERJ e publicou em livro sua dissertação: Trabalhadoras da FAET: Condições de Trabalho e Sobrecarga Doméstica.

Greve de 1979

Em meio à Ditadura Militar, os metalúrgicos do Rio retomam sua organização

A greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 1979, ficou marcada na história da categoria. De certa forma foi o ressurgimento político dos metalúrgicos. Foi a primeira grande paralisação depois de 15 anos em meio a uma brutal Ditadura Militar que, apesar de ainda vigorar, já perdia força, em um momento que os ventos da democracia começavam a soprar. Em 1977 e 1978, quase não houve mobilização. Porém os metalúrgicos acumularam força para uma batalha ainda maior que viria em 1979. No começo do ano, uma grande campanha de sindicalização tomou conta da categoria. Forma sindicalizados de 6 a 7 mil novos trabalhadores nas fábricas.

A greve aconteceu em um momento de forte efervescência do movimento sindical, que vinha sendo sufocado pela repressão dos militares. A alta inflação também corroia os salários. Por todo o país, as greves por democracia e reajustes salariais tomavam grande proporção. Em São Bernardo (SP) os metalúrgicos liderados por Lula davam a demonstração de força da categoria. E os metalúrgicos do Rio não podiam ficar de fora.

Nesta campanha salarial a categoria pedia 83% de aumento. No dia 12 de setembro, cerca de 20 mil metalúrgicos decidiram entrar em greve, recusando a proposta patronal de 71%. Já no dia seguinte, a adesão foi de 90% da categoria, o que surpreendeu até mesmo algumas lideranças sindicais. Neste mesmo dia um trabalhador chegou a ser preso de manhã e solto logo depois.

No dia 14, a paralisação foi total nas quase 5 mil indústrias existentes na área do grande Rio. O Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve ilegal e concedeu um reajuste de 46%. A reunião entre empresários e trabalhadores foi adiada na tentativa de se chegar a um acordo, o que não ocorreu. Em assembleia, os metalúrgicos rejeitaram a proposta alternativa de 73% de aumento escalonado.

No dia 16, cerca de quatro mil operários, em assembleia, rejeitam a proposta de 75% de aumento escalonado e decidem continuar a greve. No dia seguinte foram feitas diversas prisões nas portas das fábricas e os piquetes foram reprimidos. À noite, os metalúrgicos decidem suspender a greve e aceitar os 75%. Cerca de 45 funcionários foram demitidos durante a paralisação. No dia 20 de setembro, o Sindimetal denunciou que os patrões quebraram o compromisso de não demitir e mais de150 trabalhadores forão dispensados.

Entre erros e acertos, a greve de 1979 foi um marco dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, que retomaram sua combatividade, organizando piquetes nas fábricas e se sindicalizando para fortalecer a luta da entidade. Foi um ano também de ascenso no movimento sindical em nível nacional, o que contribuiu para desmascarar o regime militar e precipitar sua queda. Neste ano, a ditadura começou a dar sinais de fraqueza e a fazer o que ficou conhecido como a abertura lenta e gradual.

Em abril de 2014, durante a (des)comemoração dos 50 anos da ditadura militar de 1964, o Sindimetal-Rio foi agraciado com a placa do Circuito da Liberdade, da Prefeitura da cidade, por conta da participação desta entidade na resistência ao golpe militar.

Ainda em abril de 2014, foi realizada na sede do Sindicato a audiência pública da Comissão da Verdade, que contou com depoimento dos metalúrgicos veteranos que relataram os anos de repressão.

LEMBRAR É RESISTIR

ARTIGO

Barrar o retrocesso para resgatar novo projeto nacional

Política econômica de Temer é subserviente ao capital estrangeiro

Por Adilson Araújo*

"A indústria naval teve um boom nos anos 80. O neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso afundou o setor, que só visualizou um horizonte de forte recuperação no governo Lula. É um crime o que a Lava Jato fez com os estaleiros no nosso país".

Adílson Araújo: "É insensato propor reformas inaceitáveis para o povo"

Um ano após a posse de Michel Temer como presidente, no rastro do impeachment sem crime de responsabilidade da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil amarga estatísticas negativas e uma avalanche de perdas de direitos.

Os canais de diálogo, construídos após anos de luta, foram perdidos, e o papel do Estado, enquanto indutor do desenvolvimento, está praticamente destruído. Setores estratégicos como o de petróleo e gás, a indústria naval e a Construção Civil, beneficiados pelos governos Lula Dilma, padecem uma profunda crise.

O consórcio que lidera o desmonte do setor produtivo do nosso país ainda tem como aliado a operação Lava Jato que investiga o CPF, mas condena o CNPJ. Em três anos essa operação extinguiu 740 mil postos de trabalho e quase paralisou a indústria da construção civil, que durante 10 anos tinha participação de 14% em média no PIB nacional.

A indústria naval teve um *boom* nos anos 80. O neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso afundou o setor, que só visualizou um horizonte de forte recuperação no governo Lula. É um crime o que a Lava Jato fez com os estaleiros no nosso país.

Estaleiros como EISA, no Rio de Janeiro, e o São Roque de Paraguaçu, na Bahia, receberam investimentos do BNDES, concessão de terrenos, financiamentos e tiveram 70% a 80% das obras em funcionamento. Agora estão parados.

É bom destacar que o Brasil enfrenta, há vários anos, um processo perverso de desindustrialização, substancialmente agravado no período recente.

Em 2014, a indústria de transformação respondia por 15% do produto nacional. Prevê-se que, em 2017, esse percentual caia para algo em torno dos 8%. A recessão atual é a mais grave da história do país. Além de reduzir dramaticamente o nível de atividade econômica e destruir empregos, está desorganizando a produção, com grande número de empresas fechadas.

A política de conteúdo local poderia ser uma mola propulsora da retomada. Mas, essa não é a visão

do governo de plantão. Temer reduziu a política de conteúdo local e ampliou de forma generosa a participação do capital estrangeiro em setores como de petróleo e gás.

Projeto entreguista

A política econômica vigente, de interesse exclusivo do mercado financeiro rentista, nacional e internacional, é responsável pela escalada do desemprego, que hoje atinge 14 milhões de brasileiros.

É insensato propor reformas inaceitáveis para o povo, como a trabalhista e previdenciária, que têm como objetivo suprimir direitos sociais e trabalhistas conquistados há décadas. Elas não reformam a estrutura social e econômica vigente, elas derrubam seus alicerces e tendem a agravar a crise econômica e social.

Está claro o propósito da política econômica de Temer. Significa um futuro de subserviência ao capital estrangeiro, exclusão social, desprezo à cidadania e à democracia, em contraposição ao Brasil que sonhamos e tanto lutamos para construir.

Em defesa da nação

A empresa nacional, a reindustrialização do Brasil e o investimento em ciência e tecnologia devem ser defendidos, bem como uma nova política econômica, a redução substancial dos juros, o fim do câmbio apreciado e uma política fiscal favorável ao desenvolvimento e ao atendimento das demandas populares.

Nesse sentido, também ganha centralidade o papel do BNDES, essencial como indutor do desenvolvimento e que tanto contribuiu para a geração de emprego e o crescimento da economia nos governos populares e progressistas.

A luta em curso comprova que a mobilização da classe trabalhadora ganha dimensões que extrapolam a pauta estritamente sindical e cobram a intensificação do trabalho de conscientização e mobilização popular para barrar o retrocesso e abrir caminho para um novo um projeto de desenvolvimento nacional, que deve ser orientado pelos três valores básicos apontados pela Conclat: democracia, soberania e valorização do trabalho.

* Adilson Araújo é bancário e Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Greve de 1988

Metalúrgicos fazem greve de seis dias e fecham a Avenida Brasil

Os anos 1980 têm a singularidade da retomada dos movimentos sociais na luta pela redemocratização do país, dentre elas a reorganização do movimento sindical, esse período é chamado de 'novo sindicalismo'. Nessa época vivemos o momento de rearticulação das intersindicais, com a realização da Conclat, em 1981, e a fundação da CUT.

O 'novo sindicalismo' organizado pela CUT canalizava várias correntes ideológicas independentes, setores da igreja católica, tendências socialistas e comunistas, dentre elas a CSC – Corrente Sindical Classista / Garra Metalúrgica, que através de uma composição de forças retomou o Sindimetal-Rio derrotando o 'velho sindicalismo'.

Em agosto de 1987, uma nova direção assumiu a entidade, tendo Washington da Costa como presidente. Sua posse contou com um momento marcante, quando a roleta da portaria foi destruída a marretadas, simbolizando que a entidade voltava para as mãos dos trabalhadores.

"Estávamos na chapa o companheiro Chaves e eu, com o agora saudoso amigo Washington da Costa, o Fala Fino, como presidente. Disputamos a eleição e vencemos, com mais de 51% dos votos válidos. Na fábrica em que trabalhei obtivemos cerca de 90% dos votos", afirma Renato Artur Nascimento, que ocupou o cargo de secretário-geral.

"Acorda Peão"

Os problemas financeiros persistiam e provocaram, inclusive, o adiamento da greve que deveria ocorrer na data-base, em 1º de outubro de 1987. Surge então uma luz. O Sindicato decide retomar a luta pelas fábricas mais mobilizadas e adere à campanha nacional da CUT por reposição salarial, chamada de 'Acorda Peão', que contribuiu para este processo de mobilização. Era a época do Plano Bresser e o Sindicato reivindicava reposição salarial, gatilho mensal e garantia de emprego.

Foi então que, em maio de 1988, os metalúrgicos protagonizaram uma greve histórica para a categoria que durou seis dias, com diversos atos, como o fechamento da Avenida Brasil, com uma grande massa mobilizada, além de uma passeata na Avenida Rio Branco. "Pra mim este foi o início da reconstrução do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com a categoria voltando a acreditar na sua capacidade de luta e mobilização", declara Renato.

"Foi a nossa primeira greve coletiva, seis dias de enfrentamento que deram resultados práticos, financeiros, com um melhor acordo de reposição e político, com a confirmação que o Sindimetal estava 'sob nova direção!'".

A Firjan aceitou o aumento de 30%, mas com os dias descontados e muitas perseguições após o fechamento do acordo. A greve de 1988 foi considerada a maior, desde 1979.

A força política da nova gestão fez efeito. Segundo o jornal Meta, em fins de 1989, o número de novos sócios chegava a 20 mil trabalhadores e foram criadas cerca de 10 novas comissões de fábrica. A greve de 1988 serviu para os anos seguintes, quando outras paralisações ocorreram, feitas até de fábrica em fábrica, mostrando o avanço das ações do Sindicato.

Metalúrgicos em greve ocupam as ruas do Rio de Janeiro na luta pela reposição salarial e em defesa de um sindicato combativo.

“Tem que lutar, não se abater”

Samba, feijoada e muitas homenagens marcam a festa dos 100 anos do Sindicato

Adílson destaca a luta dos metalúrgicos em defesa da democracia

As deputadas Jandira Feghali, Luciana Santos e Enfermeira Rejane ao lado do presidente do Sindicato, Jesus Cardoso, do presidente da CTB, Adílson Araújo e do secretário-geral da FSM, João Batista Lemos. Abaixo o diretor Bento na festa dos 100 anos, que recebeu centenas de trabalhadores e seus familiares.

Mesmo já tendo realizado uma comemoração no dia 1º de maio junto com o Grêmio dos Metalúrgicos Aposentados, a direção do Sindimetal-Rio fez questão de fazer uma festividade, no dia 6 de maio, a altura dos 100 anos da entidade. A sede do Sindicato foi preparada especialmente para receber a festividade. Centenas de trabalhadores e suas famílias participaram deste momento histórico do sindicalismo brasileiro.

Inicialmente, o Sindicato recebeu a Velha Guarda do Paraíso do Tuiuti e a Velha Guarda da Mangueira, que emocionaram a todos com sambas novos e antigos. A quadra do Sindicato virou um verdadeiro baile carnavalesco. Ao final, o presidente do Sindicato, Jesus Cardoso, agradeceu a presenças dos componentes e destacou que no ano passado o samba também completou 100 anos.

Para homenagear a todos os metalúrgicos, Jesus Cardoso relembrou o sambista Almir Guineto, que faleceu um dia antes da festa, e destacou sua música que diz: “Tem que lutar, não se abater, E só se entregar a quem te merecer. Não estou dando nem vendendo, Como o ditado diz. O meu conselho é pra te ver feliz”. Para Jesus, é preciso continuar na luta e enfrentar com altivez o governo golpista de Temer, que vem tirando os direitos dos trabalhadores, com a aprovação da terceirização e as reformas da previdência e trabalhista.

O Sindimetal-Rio também inaugurou a placa comemorativa dos 100 anos com a participação do presidente nacional da CTB, Adilson Araújo. No evento também estiveram a presidenta nacional do PCdoB, a deputada federal Luciana Santos, as deputadas Jandira Feghali e Enfermeira Rejane e os deputados do PT, Luiz Sérgio e Waldeck Carneiro, o vereador Reimont e Roberto Amaral, que representou a Frente Brasil Popular. O Sindicato ainda recebeu dirigentes de diversos sindicatos, o vice-presidente da CTB, Nivaldo Santana, a presidente do Sinpro-MG, Valéria Peres, o presidente do Sindimetal-Betim, João Alves, o presidente do Sindicato dos Comerciários-Rio, Marcio Ayer, o presidente da Fitmetal, Marcelino Rocha, e o secretário-geral da UIS Metal, Francisco Souza. A noite ainda foi muito animada com a apresentação dos grupos Afroreggae e Pique Novo.

Quem não gosta de samba, bom sujeito não é!

Nascido no Rio de Janeiro, o samba também é uma entidade centenária, que há muito caiu no gosto popular, um ritmo que às vezes agoniza, mas não morre.

O samba é um gênero musical que tem raízes africanas. A palavra, de origem africana, semba, significa "umbigada", uma dança de roda em que a pessoa ficava no centro e trocava com os outros dando uma "umbigada".

No Rio de Janeiro, o samba se criou, através dos negros que migraram da Bahia. Muitos deles se estabeleceram na região do centro do Rio, onde surgiu a casa das "tias", como a Tia Ciata. Nesta casa frequentavam Ernesto dos Santos (Donga), João Machado Neves (João da Baiana) e Alfredo Vianna Filho (o Pixinguinha). O primeiro samba gravado da história foi o "Pelo Telefone" composto por Donga, que virou sucesso no carnaval de 1917.

Porém, o Dia Nacional do Samba surgiu por iniciativa de um vereador baiano, Luis Monteiro da Costa, para homenagear Ary Barroso, que compôs "Na Baixa do Sapateiro". Ary nunca havia posto os pés na Bahia e foi no dia de 6 de dezembro que ele visitou Salvador pela primeira vez. Hoje a data é comemorada em todo o país.

Nos morros do Rio de Janeiro, o samba sempre esteve em boas mãos. A sede do Sindimetal-Rio, em Benfica, tem a honra de ter ao seu lado duas tradicionais agremiações: GRES Paraíso do Tuiuti e Mangueira.

Um dos maiores compositores de samba foi Agenor de Oliveira, conhecido como Cartola, um dos fundadores da Mangueira, para onde se mudou ainda menino. Fundada em 28 de abril de 1928, a GRES Estação Primeira de Mangueira teve seu nome e as cores verde e rosa escolhidas por ele.

Cartola trabalhou em tipografia e foi pedreiro, quando surgiu o apelido por conta da proteção que usava para impedir que o cimento sujasse a cabeça. Também foi contínuo no Ministério da Indústria e Comércio. Somente em 1974, com 66 anos, gravou seu primeiro LP.

Uma de suas composições marcantes é o Samba do Operário, que retrata a vida dura do trabalhador brasileiro e a exploração do trabalho:

Cartola - O Samba do Operário

Se o operário soubesse
Reconhecer o valor que tem seu dia
Por certo que valeria
Duas vezes mais o seu salário

Mas como não quer reconhecer
É ele escravo sem ser
De qualquer usurário

Abafa-se a voz do oprimido
Com a dor e o gemido
Não se pode desabafar

Trabalho feito por minha mão
Só encontrei exploração
Em todo lugar

ARTIGO

130 anos: a liberdade ainda não cantou

Indicadores sociais e do mercado de trabalho revelam que as desigualdades raciais e a discriminação de gênero se cruzam e se potencializam

Por Mônica Custódio*

O fim do sistema escravista não resultou na inserção da população negra nas relações sociais, culturais e econômicas na vida dos brasileiros no final do século XVIII. E muito menos agora, 130 anos após a abolição.

Em pleno século XXI, em meio a uma nova onda tecnológica e/ou uma nova Revolução Industrial (Indústria 4.0) nos deparamos com pautas extremamente atrasadas, com governo golpista, ilegítimo e antidemocrático. E ainda uma agenda de retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas. Estamos nas ruas pela defesa de reivindicações do início do século, como as pautas que deflagraram as greves de 1917.

Isso ocorre após 12 anos de avanços, com as trabalhadoras negras, os trabalhadores negros, e não negros, tendo um governo pautado pelo desenvolvimento e a inclusão social, que possibilitou um cenário de maior distribuição de renda com o aumento real do salário mínimo e o reconhecimento das centrais sindicais, as vitórias na área de educação (em todos os níveis), saúde, cultura e a paz no campo. Porém, agora, nos deparamos nesta quadra da conjuntura nacional, no que diz respeito ao mercado de trabalho, com medidas que buscam o fim dos direitos trabalhistas, direitos individuais e coletivos. Essas são as propostas de reformas, uma verdadeira ofensiva contra a classe trabalhadora.

A previsão do governo ilegítimo é de golpe nos direitos do povo, com a reforma da previdência (PEC 287/2016), que amplia o tempo de contribuição, em meio a uma reforma trabalhista (PLC 38/2017) que usurpa o direito ao trabalho digno e que joga a população nas condições de trabalho precário e rotativo, com direitos e relações flexíveis, tempo de trabalho indeterminado, o uso do trabalho intermitente (jornada ou hora de serviço) e a terceirização. Esse é o panorama nas relações de trabalho, em meio aos 130 anos da "abolição".

Divulgação: Internet

É neste cenário que trabalhadores públicos e privados lutam pela manutenção de seus direitos, contra as reformas e o desmonte do Estado. A nova Revolução Técnico Industrial (Indústria 4.0), nos trará como resultante um nível de desemprego nunca visto na história do nosso país. Seremos o quarto país mais afetado por essa onda tecnológica. E o que podíamos contar como preparo para essa etapa importante das novas relações sociais, foi perdida com a paralisia das crises econômicas e políticas constituídas pela Lava Jato, responsável pela inércia e quebradeira de vários setores da indústria, muitos com o maior nível de empregabilidade na economia do país.

Combater a exclusão

A política de estado mínimo instalada em nossa estrutura social, com a aprovação da PEC 55, (Emenda Constitucional 95/2016), a PEC do fim do mundo, nos retira qualquer forma de perspectiva pelos próximos 20 anos. A consequência destes desgovernos todos é o retorno do desemprego, da fome, do aumento dos moradores de rua, do fim dos postos de saúde e do aumento irrestrito da violência. Uma das violências mais aviltantes é a lógica de exclusão, que ceifa no dia a dia as perspectivas de nossos jovens, não nos permitindo qualquer ponte com o futuro.

Os indicadores sociais e do mercado de trabalho nos revelam que, em alguns aspectos, as desigualdades raciais e a discriminação de gênero se cruzam e se potencializam. A situação da mulher negra evidencia essa dupla discriminação. Ao olhar essa distribuição também por gênero, as desigualdades são ampliadas.

Relações de trabalho

Em relação ao valor da remuneração média do homem não negro:

- Em 2014, a mulher não negra recebia 72,3% da remuneração do homem não negro;
- Já o homem negro recebia 71,6%;

Divulgação: Internet

- Por último, a mulher negra recebia 50,5%, ou seja, a metade da remuneração do homem não negro.

É histórico perceber que negras e negros sempre estiveram em situação de desvantagem e os acontecimentos infelizmente ratificam essa questão. A relatora especial das Nações Unidas sobre questões de minorias nos alerta como sempre que "a pobreza tem cor no Brasil", e os negros são os mais vulneráveis nas crises, é o elo mais fraco da corda econômica do país. A situação das relações produtivas dos negros e negros nas relações de trabalho revela que a situação econômica da população dos nossos trabalhadores, no contexto recente do processo de estruturação, passou por melhorias significativas, mas, no entanto, não podemos deixar de entender que essa mesma dinâmica ainda expressa uma construção racista, homofóbica e sexista.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, o rendimento médio por hora recebido pelos negros corresponde a 76,6% dos não negros. Outra questão é a distância observada em relação às taxas de desemprego e aí podemos perceber que as mulheres negras ainda se encontram em situação de desvantagem. Elas ocupam a maior posição na taxa de desempregados, ainda se mantendo em situação de maior vulnerabilidade em relação ao homem negro.

Desafios do movimento social e sindical

Os desafios que os movimentos sociais, e em especial o sindical, têm pela frente é a compreensão das nuances e singularidades da luta de classes em outro ponto de vista. Não nos confundindo com o terceiro setor e, muito menos, nos direcionando por falta de compreensão ao multiculturalismo. Mas principalmente nos perceber como instrumento essencial nos duelos de classes e no combate à estrutura dominante. Vide a base da composição histórica de nossa nação.

A luta antirracismo e a luta das mulheres, e tantas outras que vêm no lastro das questões de gênero, raça e classe, não podem ser entendidas como políticas subjetivas. Elas se portam nas relações de trabalho como fator determinante na mais valia absoluta e relativa, essência da exploração do homem sobre o homem, segundo Karl Marx.

A Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 5ª nos diz que: "Somos todos iguais perante a lei". Só que não! O que temos é um Estado dando nitidez a quem ele serve: à burguesia. O que temos é o racismo institucional, que busca a todo tempo nos manter como base da pirâmide econômica e social, e também como exército de reservas de mão-de-obra, nos constituindo sempre na condição de cidadãos de segunda classe.

Desta forma nossa luta continua por salário igual para trabalho de igual valor. Pela vida de nossa juventude: Porque nossas vidas valem!

PRA SENZALA EU NÃO VOLTO NÃO!
FORA TEMER! DIRETAS JÁ!

*Diretora do Sindimetal-Rio e secretária nacional de Promoção da Igualdade Racial da CTB.

Homenagens em Brasília

Deputados realizam sessão solene e recebem delegação de diretos do Sindicato

Brasília, a cidade projetada por Oscar Niemeyer, hoje patrimônio da humanidade, foi o local de uma das mais importantes homenagens recebidas pelo Sindimetal-Rio nestes 100 anos. No dia 27 de abril, o Sindicato participou da sessão solene na Câmara dos Deputados, requerida pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

A mesa também foi composta pelos deputados Wadih Damous e Luiz Sérgio, ambos do PT, e Assis Melo (PCdoB). Na tribuna, parlamentares de diversos partidos fizeram questão de deixar suas congratulações pelo centenário e deixaram registradas significativas lembranças de muitas passagens da entidade.

A sessão em Brasília ocorreu um dia após a aprovação da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, onde depois seguiu para o Senado. Por isso, a deputada federal Jandira Feghali considerou aquela sessão como um ato de desagravo aos trabalhadores e trabalhadoras que foram duramente golpeados pelo ilegítimo governo de Michel Temer.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Jesus Cardoso, ao avaliar o momento em que a entidade comemora o seu centenário, disse que a situação é de muita preocupação e luta, pelo conjunto de medidas que iniciou com a terceirização, passando pela retirada de direitos da reforma trabalhista e que pretende culminar com o fim da aposentadoria, na reforma da Previdência.

"É um arcabouço de destruição do que conquistamos, ao longo da história, através de lutas, do sangue e suor da classe operária", afirmou Jesus. A melhor homenagem e comemoração do nosso centenário se dá nas ruas e na luta contra o governo golpista", concluiu.

Deputados recebem a delegação dos metalúrgicos. Ao lado, José Ferreira Nobre e Mônica Custódio abordam a história de luta da categoria

Parlamentares parabenizaram o centenário da entidade e a participação dos metalúrgicos na história do país

Os diretores Glória, Egeson e Raimunda na sessão solene no Plenário da Câmara de Deputados

O COSMONAUTA SOVIÉTICO YURI GAGARIN VISITA A SEDE DO SINDIMETAL

"A Terra é azul". Com essa frase o cosmonauta soviético Yuri Alekseievitch Gagarin imortalizou a primeira viagem do homem ao espaço. Foi no dia 12 de abril de 1961. A viagem durou uma hora e 48 minutos e consistiu de uma volta em órbita da Terra a 315 km de altitude.

Por conta do seu feito, Gagarin viajou pelo mundo para divulgar o programa espacial soviético, visitando inclusive o Brasil e os Estados Unidos. Nesse período visitou as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, onde foi condecorado pelo presidente Jânio Quadros com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Durante a visita ao Brasil, Gagarin esteve na sede do Sindimetal no dia 30 de julho de 1961. A sede do Sindicato ficou lotada para ver seu pronunciamento. Além de trabalhadores, a entidade recebeu estudantes e autoridades. Gagarin era filho de um pai carpinteiro e uma mãe camponesa e se dedicou, primeiramente, a trabalhar como metalúrgico.

O feito mostrava a superioridade da URSS na corrida espacial. Os soviéticos haviam lançado o primeiro satélite artificial, o Sputinik, em 1957, e, no mesmo ano, colocaram em órbita o primeiro ser vivo: a cadela Laika. Em 1963, Valentina Tereshkov foi a primeira mulher no espaço; dois anos depois, o cosmonauta Alexei Leonov foi o primeiro a flutuar por dez minutos fora de sua cápsula; e, no ano seguinte, o módulo Luna pousou na Lua (não tripulado). Os EUA mandaram seu primeiro homem a Lua em 1969. O cosmonauta Yuri Gagarin faleceu em 1968 em um acidente envolvendo seu avião e outra aeronave.

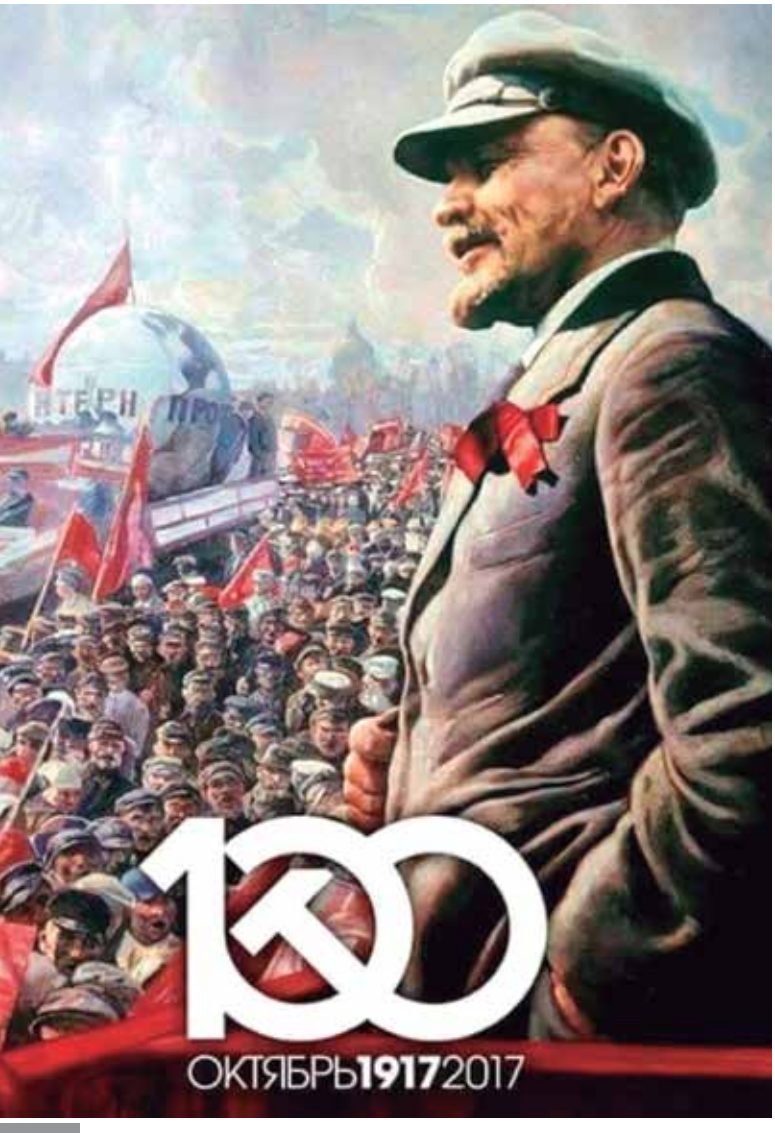
ARTIGO

100 anos da Revolução Soviética e o sonho operário

Em 1917, o Brasil vive um surto de industrialização e a classe operária se organiza

Por Wevergton Brito Lima*

"Explorado e oprimido, o operário brasileiro acompanhava a revolução russa com interesse e simpatia"



Em 25 de outubro **(1)** de 1917 o governo provisório da Rússia, que em fevereiro do mesmo ano havia sido formado para substituir o Czar (como eram chamados os monarcas russos) é derrubado por uma insurreição que uniu operários, soldados e camponeses liderados pelo Partido Bolchevique **(2)**. O principal dirigente do Partido Bolchevique era Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido pelo codinome Lênin.

Os revolucionários passaram todo o poder executivo da Rússia para as mãos dos "Sovietes dos Operários, Soldados e Camponeses", espécies de Conselhos Populares que existiam em todo o país e que reuniam os representantes dos trabalhadores e soldados pobres. Por isso a Revolução Russa também é conhecida como Revolução Soviética. De fato, poucos anos depois (1922) surge um novo país fruto da revolução: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS na sigla em português e CCCP na sigla em russo), reunindo, no seu auge, 15 repúblicas socialistas, tendo Moscou como capital.

Pela segunda vez na história da humanidade é constituído um poder autenticamente operário. A primeira experiência deste tipo tinha acontecido 46 anos antes (1871), com a Comuna de Paris, que teve curta duração, cruelmente esmagada pelas forças da reação apenas 72 dias depois de seu surgimento.

Já a Revolução Russa, de orientação marxista **(3)**, resistiria mais de 7 décadas, mudaria a face do mundo e, ao contrário do que afirma a propaganda burguesa, provaria que é possível e viável a construção de um mundo sem explorados e exploradores.

O Impacto da Revolução no Brasil

Em 1917 o Brasil vivia um recente surto de industrialização, fruto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que interrompeu o comércio do país com a Europa, obrigando a se produzir aqui o que antes era importado. De 1915 a 1919 surgiram 5.940 empresas industriais. Em quatro anos quase o mesmo número do que nos 24 anos anteriores **(4)**. O proletariado já atingia a marca de 200 mil trabalhadores, número significativo em uma população de 18 milhões **(5)**.

A vida desta nascente classe operária beirava o insuportável. Salários aviltantes, trabalho infantil e condições insalubres. Conta Moniz Bandeira, no livro "O Ano Vermelho": "A jornada média de trabalho, nas fábricas, nas oficinas e na construção civil, iniciava às 6 horas da manhã, intervalo de uma hora para almoço, e somente terminava às 6 da tarde. No comércio era pior, pois o horário estendia-se até às 19 ou 20 horas, inclusive aos sábados."

A sanha exploradora da burguesia brasileira era interminável. Para se ter uma ideia, durante a gripe espanhola, que atingiu boa parte da população brasileira em 1918, matando cerca de 300 mil pessoas (entre elas o presidente da República, Rodrigues Alves), os patrões descontavam do salário os dias em que os operários vítimas da epidemia estavam em tratamento.

Neste mesmo ano de 1918, uma lei municipal, aprovada no Rio de Janeiro, proibia que os menores de idade trabalhassem além das 20 horas diárias(!), limitando em 8 horas a jornada para o trabalho infantil. Pois os donos das fábricas recorreram ao Supremo Tribunal Federal e o STF julgou a lei carioca "inconstitucional". A imprensa aplaudiu a decisão do Supremo, aconselhou os operários a terem "compreensão" e censurou a "demagogia" da lei municipal.

A expectativa média de vida de um operário brasileiro da época era de 25 anos

Explorado e oprimido, o operário brasileiro acompanhava a revolução russa com interesse e simpatia. As comunicações de então eram muito lentas e as notícias chegavam com semanas ou meses de atraso, e muitas vezes de forma distorcida. O jornalista Astrojildo Pereira, que em 1922 fundaria o Partido Comunista do Brasil, escreveu em novembro de 1917: "Jamais, jamais se viu na imprensa do Rio tão comovedora unanimidade de vistas e de palavras, como, neste instante, a respeito da revolução russa. Infelizmente, tão comovedora quanto deplorável, essa unanimidade, toda afinada pelas mesmíssimas cordas da ignorância, da mentira e da calúnia" **(6)**. Como se vê, pouca coisa mudou no caráter de nossa imprensa.

Nas páginas dos jornais brasileiros, a Revolução Russa já nasceu derrotada. Em poucos dias, segundo noticiavam, Lênin tinha sido preso e Kerenski (chefe do extinto governo provisório) teria voltado ao poder.

A elite brasileira, de tradição escravocrata, escandalizava-se com a possibilidade da existência de um país onde os trabalhadores eram os donos e senhores do poder político e dos meios de produção (fábricas, indústrias, terras). Isso, claro, era imediatamente refletido por seus porta-vozes da imprensa. O jornal carioca "O País" não se conformava: "Os soldados e os operários transformaram-se de uma noite para o dia em homens de Estado, em financeiros, em estrategistas e diretores de uma política internacional do seu país" **(7)**.

O que era motivo de horror para os patrões fazia brilhar os olhos dos operários brasileiros. Principalmente quando conseguiam tomar conhecimento dos primeiros decretos da Revolução Soviética: Fim da guerra, expropriação dos latifundiários e entrega das terras aos camponeses, etc.

Por todo o país rebentam greves, algumas com caráter insurrecional anticapitalista mas ainda fortemente influenciadas pelo anarquismo. A resposta é uma forte repressão policial que prende, espanca, deporta e assassina diversos manifestantes e líderes operários pelo país afora.

É neste cenário de ascenso da luta operária que, no dia 1º de maio de 1917, é fundado o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro com o nome de União Geral dos Metalúrgicos.

No 1º de maio do ano seguinte (1918), o clima entre os trabalhadores continua febril. O governo decreta estado de sítio e proíbe manifestações públicas. Mesmo assim, no Rio de Janeiro, então capital da República, os trabalhadores realizam um grande comício na Praça Tiradentes onde aprovam uma moção contra a guerra na Europa e manifestam "a sua profunda simpatia pelo povo russo, neste momento em luta aberta e heroica contra o capitalismo e o Estado".

Parte dos operários sai em passeata da Praça Tiradentes à Central, cantando a Internacional, dando

vivas à Revolução Soviética e exigindo a "emancipação do proletariado".

Enquanto isso a Revolução Russa seguia seu caminho, sempre contando com a solidariedade dos seus irmãos trabalhadores por todo o mundo mas sempre atacada ferozmente.

Em 1918 uma coligação de 14 países (entre eles EUA, França e Inglaterra) invade a Rússia "para matar o bebê bolchevique no berço" **(8)**.

Em julho de 1919 a União Geral dos Metalúrgicos decretava greve geral de 24 horas contra a intervenção das potências imperialistas na União Soviética.

Revolução Soviética muda a face do mundo

A Revolução Soviética marcou de forma indelével o século XX. Quando o proletariado assume o poder, a Rússia era um país feudal, rural, com mais de 80% da população analfabeta. Era, sem dúvida, o país mais atrasado da Europa.

Emile Joseph Dilon, um médico que viveu na Rússia de 1877 a 1914, descreve assim o camponês russo: "O camponês russo vai dormir às seis ou mesmo cinco horas, durante o inverno, porque ele não pode comprar petróleo para acender a luz. Não tem carnes, ovos, manteiga, leite e, frequentemente, couve, e vive sobretudo de pão negro e batatas. Vive? Ele se alimenta com uma quantidade insuficiente de nutrientes" **(9)**.

Pois foi este país que a revolução de operários e camponeses elevou à condição de potência militar e econômica com alto nível cultural e de desenvolvimento. Foi a URSS, por exemplo, que lançou o primeiro homem ao espaço, Yuri Gagarin que, aliás, visitou o Palácio dos Metalúrgicos, sede do Sindicato dos Metalúrgicos na Rua Ana Neri, em 1961. A primeira mulher no espaço também foi soviética: Valentina Tereshkov. Detalhe importante: Tudo isso sem explorar economicamente nenhuma outra nação e ajudando onde podia os movimentos de libertação dos povos.

O mundo deve à URSS a vitória contra o nazismo e foi este país o principal suporte das lutas contra a dominação colonial, ajudando a libertar dezenas de povos oprimidos que aspiravam sua autonomia nacional.

Enquanto o ocidente "democrático" sustentava politicamente, militarmente e financeiramente o regime terrorista do apartheid, era a URSS que fornecia apoio político, armas e logística ao Congresso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela.

Para Margareth Thatcher, Mandela não passava de um comunista e Ronald Reagan o considerava um "terrorista".

Foi o medo de que os trabalhadores de seus países seguissem o exemplo dos operários russos que forçou as burguesias de diversos países a cederem e aplicarem leis de proteção ao trabalho e em alguns estados europeus, principalmente naqueles geograficamente mais perto do "campo socialista", chegou-se mesmo a construir os chamados "Estados de Bem-Estar Social", onde muitas concessões em direitos sociais eram dadas ao proletariado como forma de garantir a existência do regime capitalista contra a ameaça de um "poder operário" ao mesmo tempo em que este "Estado de Bem-Estar Social" em alguns países avançados da Europa era (e continua sendo) sustentado pela exploração imperialista dos recursos e da mão de obra de países pobres.

A URSS e o exemplo de Espártaco

Uma vez, na Roma antiga, um escravo, Espártaco, se revoltou contra a escravidão. Formou um exército de escravos, venceu em batalhas memoráveis as poderosas legiões romanas mas ao fim seu exército foi derrotado e Espártaco morto. Contra este rebelde vencido se levantaram as vozes dos escravocratas e de seus escribas, acusando Espártaco de ter cometido toda sorte de crimes, quando o seu verdadeiro "crime" foi o de ter se rebelado contra o regime escravocrata.

Assim como fizeram com Espártaco, contra a experiência socialista e seus líderes (Lênin, Stálin, etc.) chovem toda a sorte de calúnias, tentado desacreditar sua gloriosa história e seu inolvidável exemplo.

As causas que levaram à queda da mais longeva experiência dos trabalhadores no poder ainda é, e será eternamente, motivo de muita discussão. Nesta discussão, no entanto, nem todos têm boas intenções. Muitos fazem apenas propaganda da ideologia burguesa, querendo convencer os trabalhadores de que o capitalismo é eterno e a exploração do homem pelo homem, um fenômeno natural.

Sem dúvida que o fim da URSS, em 1991, foi fruto também de erros cometidos na construção do socialismo, mas o principal a se levar em consideração é que durante toda a sua existência a pátria fundada pela Revolução Russa sofreu uma implacável guerra ininterrupta, algumas vezes travada de forma aberta e tradicional (com armas e canhões), de outras vezes de forma subterrânea (sabotagem, terrorismo econômico, midiático, etc.). Todas estas guerras contaram com um milionário e poderoso arsenal movimentado contra a pátria operária.

A queda da URSS, e do campo socialista que este país liderava, representou uma temporária vitória da ideologia burguesa sobre o proletariado.

Arrogantes com esta vitória, confiantes na solidez de sua nova hegemonia, os capitalistas começaram imediatamente, por todo o planeta, a desmontar os direitos trabalhistas, a retirar aos trabalhadores as conquistas mais caras pelas quais, no passado, seus pais e avós haviam lutado para conquistar.

Nossa época ainda é marcada pelo impacto da derrota sofrida na URSS e pela cantilena da burguesia e de seus arautos de que "o socialismo morreu". Mas os trabalhadores seguem resistindo. Não lhes resta alternativa, pois as injustiças fundamentais da sociedade capitalista persistem e se agravam.

Vivemos tempos em que a ciência e a tecnologia avançam cada vez mais. Todo este avanço só é possível pelo trabalho coletivo de milhões de trabalhadores, porém as conquistas que este progresso proporciona são usadas por uma minoria insignificante para aumentar a exploração do trabalho das grandes massas e não para proporcionar bem-estar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Descobre-se, a cada dia, novos remédios e tratamentos para doenças antes incuráveis, mas só uns poucos ricos têm acesso aos melhores tratamentos enquanto a imensa maioria ainda morre sem acesso a tratamento médico adequado ou por doenças causadas pela fome e a desnutrição.

Assim, o sonho de uma sociedade onde a solidariedade prevaleça sobre o lucro e o consumismo, não só continua, como é urgente e inescapável.

Lembremos que desde Espártaco, cuja rebelião aconteceu em 73 AEC (Antes da Era Comum) passaram-se quase 2 mil anos até que a escravidão fosse extinta como prática legal no mundo. No Brasil, por exemplo, a escravidão só acabou em 1888 EC (Era Comum).

A escravidão de novo tipo (a escravidão assalariada) não existiu sempre e não existirá para sempre. Também será extinta e substituída por uma forma superior de organização social e, graças em boa medida à Revolução de outubro de 1917, que desbravou novos horizontes para os oprimidos, desta vez, com certeza, não vamos precisar esperar mais 2 mil anos.

Notas:

1 - 25 de outubro pelo calendário vigente na Rússia de então, chamado "Calendário Juliano". Pelo "Calendário Gregoriano", usado atualmente, a revolução foi em 7 de novembro (NA).

2 - Maioria, em russo, é bolchinstvó, minoria é menchinstvó. Como os partidários de Lênin tinham a maioria do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), "bolchevique" passou a ser sinônimo de revolucionário leninista ou comunista, e menchevique passou a ser ligado à corrente oportunista e reformista da luta operária (NA).

3 - Marxismo é a doutrina do socialismo científico elaborada pelos filósofos e ativistas alemães Karl Marx e Friedrich Engels e depois desenvolvida e enriquecida por Lênin. Por conta disso os revolucionários consequentes de nossa época se reivindicam "marxistas-leninistas" (NA).

4 - O Ano Vermelho - A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil, de Moniz Bandeira.

5 - O Ano Vermelho - A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil, de Moniz Bandeira.

6 - A Revolução Russa e a imprensa, de Alex Pavel*.

** Alex Pavel era pseudônimo do jornalista e dirigente revolucionário, Astrojildo Pereira (NA).*

7 - Jornal "O País", Edição de 9 -11-1917.

8 - Frase de Winston Churchill, então Ministro da Guerra e da Aeronáutica da Grã-Bretanha (NA).

9 - Stálin, Um novo Olhar - Ludo Martens.

* Jornalista e Secretário Geral do Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz).

9 de abril - Dia do Metalúrgico

A data é uma referência à fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada por decreto em 9 de abril de 1941

Apesar de atualmente algumas entidades sindicais marcarem o dia 21 de abril como sendo de comemoração dos metalúrgicos, a data símbolo da categoria é o 9 de abril, quando foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), pelo então presidente Getúlio Vargas. A criação da CSN é um marco da industrialização nacional.

Na verdade, 21 de abril é o Dia de Tiradentes, que é o patrono dos metalúrgicos. O herói da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, foi escolhido pela categoria no 1º Congresso dos Metalúrgicos do Brasil, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1957, por representar os anseios da categoria por liberdade e contra a opressão.

As atividades metalúrgicas remontam seis mil anos, no Oriente Médio, quando o cobre era martelado e dele se faziam pequenos utensílios domésticos. A prata também era um metal frequentemente trabalhado. No Brasil, os escravos já trabalhavam com a metalurgia nas fazendas, onde havia ferrarias e fornos para fundição.

Formação do Operário-estudante

Por várias décadas o Sindimetal manteve um colégio onde cursos profissionalizantes andavam junto com a política

Desde os primórdios de sua fundação, a formação dos operários sempre esteve presente no Sindicato. Primeiramente voltado para a alfabetização dos metalúrgicos e seus filhos. Na década de 1930, Elpídio Evaristo – que mais tarde veio a dar o nome do Colégio Metalúrgico e da Escola Técnica – foi o primeiro professor do Sindicato. Era um operário-metalúrgico que conseguiu ter acesso ao curso primário, começou a dar aulas para ativistas e dirigentes sindicais analfabetos.

Em 1950, a entidade volta a promover a alfabetização de dirigentes e ativistas sindicais. Inicia-se a oferta de curso de desenho técnico, fundando-se, posteriormente, a Escola Técnica. Em 1960, é criado o Colégio Metalúrgico, onde era oferecido o ginásio e, em seguida, ensino supletivo e cursos profissionalizantes.

A partir de 1964, o golpe militar também atinge o Colégio, com a intervenção no Sindicato. Agora, além da alfabetização e dos cursos técnicos, era oferecido ensino à população em geral, com o co-patrocínio de órgãos patronais. Dessa época não há documentação oficial relativa ao histórico da escolarização até o ano de 1972. Há informações de que a documentação foi destruída nos períodos de intervenção do Ministério do Trabalho.

Na década de 1980, foi fechada a Escola Técnica e feita a reestruturação da proposta político-pedagógica do Colégio, anos depois fechado, pois acumulava dívidas e enfrentava problemas administrativos.

Para Lia Tiriba, que foi assessora Pedagógica do Sindicato para assuntos relativos à escola, "o Colégio Metalúrgico não se caracterizava como uma escola de "formação sindical", no sentido estrito do termo. No entanto, por não existir neutralidade na educação, a experiência político-pedagógica de formação de trabalhadores nos ensinou que toda educação técnica é, na prática, educação técnico-política. O Colégio contribuiu para que os operários-estudantes compreendessem a necessidade de construir uma sociedade em que a ciência e a tecnologia possam estar a serviço dos interesses da classe trabalhadora e do povo, e não aos interesses daqueles que nos exploram". Lia lecionou a disciplina Organização e Normas do Trabalho, de 1984 a final de 1990, quando se tornou professora da UFF.

Referência: TIRIBA, Lia. Título: Trabalho e educação da classe operária: a perspectiva política da escola do sindicato dos Metalúrgicos – RJ. Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE .FGV, 1989. (Dissertação de Mestrado).

Os anos passam e a dedicação continua

Fundado em 14 de novembro de 1958, o Grêmio dos Aposentados completará 60 anos em 2018

Entidade parceira do Sindimetal-Rio, o Grêmio Social dos Veteranos, Aposentados e Pensionistas Metalúrgicos do Rio de Janeiro tem também uma longa história de vida e luta. Sempre na ativa, a entidade mantém suas reuniões mensais com seus associados, quem já participou conhece os intensos debates travados pelos companheiros da melhor idade.

Além da assistência social prestado aos seus associados, o Grêmio mantém firme a defesa dos direitos dos aposentados, batalha ainda maior nestes tempos em que o governo federal quer retirar direitos e dificultar a aposentadoria com a reforma da previdência.

Nesses quase 60 anos, o Grêmio teve apenas três presidentes. O primeiro foi Manoel Alves da Rocha (1958-1975), que chegou a ser secretário-geral do Sindicato em 1946/47, mas que foi destituído pelo ministro do Trabalho no governo do General Eurico Gaspar Dutra. O segundo foi Geovani Américo Maranhão, que foi diretor do Sindimetal de 1961 a 1963 e durante muitos anos participou ativamente das lutas sindicais.

O terceiro e atual presidente, conhecido por todos, é o camarada José Ferreira Nobre, de 94 anos – apesar de alguns dizerem que tem mais. Nobre nasceu em Sergipe em 1923 (segundo ele) no município de Itaporanga D'Ajuda, mais precisamente na Usina de Açúcar São José. Depois se mudou para São Cristóvão (SE), onde começou a trabalhar com 13 anos. Mais tarde foi para a Bahia, onde conheceu um soldador que veio do Rio de Janeiro.

Foi com a indicação deste soldador que conseguiu seu trabalho, em julho de 1947, na Indústria de Ferro e Aço, como ajudante de soldador e de caldeireiro. Em agosto do mesmo ano se filia ao Sindimetal-Rio e, aos poucos, vai se aproximando das lutas sindicais. Em 1951 concorreu pela primeira vez à direção do Sindicato, sendo derrotado, custando ainda seu emprego na Standard Electric por conta das "atividades políticas". Em 1953, foi eleito para o Conselho Fiscal na chapa de Benedito Cerqueira. Ocupou ainda a diretoria de Saúde (1996-1999) e de Patrimônio (1999-2002).

Adorado por todos, Nobre é a história viva do Sindimetal, onde é possível encontrá-lo diariamente e ter horas e horas de conversa sobre sindicato, política e muito mais. Aposentou-se em 1977, quando estava na White Martins, mas nunca deixou de estar presente em todas as atividades do Sindimetal-Rio. O bravo combatente é uma referência para os companheiros mais novos.

Em outubro deste ano teremos novas eleições para a diretoria do Grêmio, já visando as comemorações de 60 anos da entidade. Segundo o vice-presidente, Celso dos Reis, está sendo preparada uma grande festividade, não apenas para os aposentados, mas uma que pretende receber também os metalúrgicos em atividade.

Direção dos Grêmio dos aposentados e do Sindicato na comemoração do 1º de maio

Diretoria atual do Grêmio:
José Ferreira Nobre - Presidente
Celso dos Reis - Vice-presidente
Teobaldo Barbosa Filho - 1º Secretário
Josias Amorim da Silva - 2º Secretário
Anelsino dos Santos Bento - Tesoureiro

Suplentes:
Glória Regina Bentroldo
Emidio Luiz Santana
Antônio Carlos Fritz
Josué Ferreira Paulino

Conselho Fiscal – efetivos:
Severino Batista Cabral
Daniel Domingos Vicente
Egeson da Conceição Ignácio da Silva

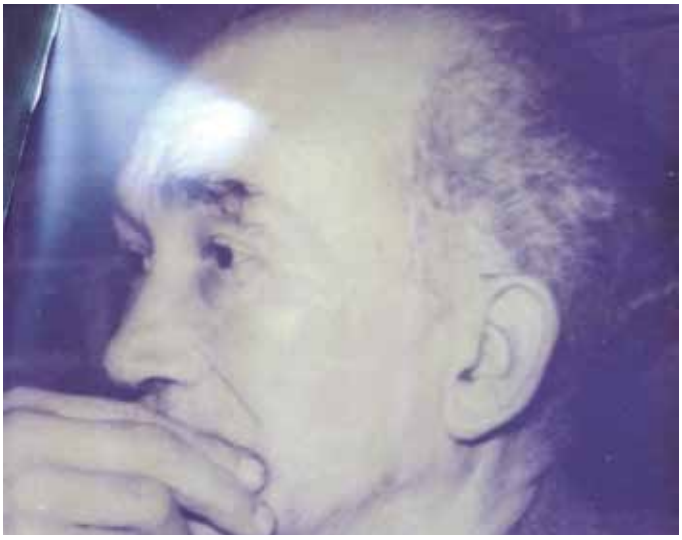
Suplentes:
Raimundo Nunes dos Santos
José Alberto Moraes
Willian Saraiça Cardoso

Conselho de Representantes:
Carlos Alberto Rocha
Waine Werneck Soares

Suplentes:
Josias Amorim da Silva
Antonio Pedrazzi

José Ferreira Nobre

Geovani Américo Maranhão


Manoel Alves da Rocha

Atual diretoria do Grêmio dos Metalúrgicos Aposentados - Marileia dos Santos (in memoriam)

Linha do tempo

Presidentes e militantes que assumiram a direção do Sindicato e dedicaram parte de suas vidas para a construção e engrandecimento dos 100 anos desta entidade

1917 — **Paschoal Gravina**
Primeiro presidente do Sindicato

Amaro de Araujo — **1923**

1926 — **João Lopes, José Vicente Lopes, Agenor Marinho, José Casine e Salvador Cruz**
Comissão de Organização da União dos Metalúrgicos, pós 1926, quando a entidade estava na ilegalidade

Sabatino José Casine — **1932**
Reorganizador do Sindicato, sendo presidente em 1932

1946 — **Manoel Lopes Coelho Filho**
Foi presidente do Sindicato e se licenciou para ser vereador

Manoel Alves da Costa — **1946**
Presidente interino

1951 — **Eurípedes Aires de Castro**

Benedito Cerqueira — **1953**
Sua gestão ficou marcada pela construção do prédio sede do Sindicato, quando cada metalúrgico doou um dia do seu trabalho para o Sindicato

1966 — **Sylvio Vieira Duclos**
Assumiu após a intervenção da ditadura militar, que proibiu a posse do presidente eleito Valdir de Paiva Prestes, preso durante este período

João Teixeira — **1969**

1971 — **Valdir Vicente de Barros**

Adalberto de Oliveira — **1975**

1978 — **Oswaldo Pimentel**

Valdir Vicente de Barros — **1984**

1987 — **Washington Costa**

Carlos Manoel — **1990**

1996 — **Luiz Alberto de Albuquerque Chaves**

Maurício Mendonça Ramos — **2002**

2015 — **Jesus Cardoso**

* O ano de 1917 marca o nascimento do Sindicato dos Metalúrgicos e de crescimento do movimento sindical brasileiro, porém ainda dando os primeiros passos. Esse foi um período de repressão ao movimento sindical, com várias intervenções, principalmente por conta das greves. As entidades só voltariam a ter legalidade – também por um breve período – durante o começo do governo de Getúlio Vargas. Portanto, de 1917 a 1932 restam poucos registros da entidade sindical, que ainda estão sendo resgatados.

“ Berço do samba e de lindas canções ” ... berço do sindicalismo

Sindicato recebe Medalha Pedro Ernesto e metalúrgicos ganham moções de congratulação da Câmara de Vereadores

Direção do Sindicato recebe a Medalha Pedro Ernesto das mãos do vereador Reimont

A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro homenageou os 100 anos do Sindimetal-Rio, no dia 4 de maio, com a entrega da Medalha Pedro Ernesto. A iniciativa foi do vereador Reimont (PT), que também entregou moções a várias pessoas que em diversos momentos contribuíram com a construção do Sindicato.

O presidente do Sindicato, Jesus Cardoso, agradeceu a deferência pelos 100 anos e destacou a história de luta do Sindimetal: “foi um momento histórico, ano da grande greve geral no Brasil, agora a nossa geração está novamente nas ruas e não vai se acovardar contra esse governo golpista de Temer, que quer retirar nossos direitos. Esse governo não legitimidade. Vamos ocupar as ruas para impedir esse crime contra os trabalhadores”.

Em seu discurso, Reimont relatou a história do Sindicato, suas lutas e ações, e disse que “homenagear o centenário do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, nesta hora de extrema violência e apetite contra os direitos da classe trabalhadora e contra o movimento sindical, é muito mais do que uma honra, um orgulho, um reconhecimento. É uma obrigação militante, é um gesto de resistência, nascido da nossa luta comum contra as injustiças sociais, contra o golpe, contra o retrocesso e contra o projeto neoliberal que avança em nosso país”.

Homenageados:

1 - José Ferreira Nobre:
Presidente do Grêmio dos Aposentados Metalúrgicos.

2 - Edmilson José Valentim dos Santos:
Metalúrgico, Dep. Federal Constituinte e Dep. Estadual.

3 - Waldemar Vieira Barbosa (esq.):
Metalúrgico histórico, doou um dia de trabalho para a construção da sede do Sindicato.

4 - Gilson Thomaz de Aquino:
Ativista histórico.

5 - Lia Vargas Tiriba:
Assessora da diretoria no Colégio dos Metalúrgicos.

6 - Joaquim Arnaldo (In memoriam):
Foi dirigente do Sindicato. Foi representado pelos seus filhos Luiz Carlos e Ítalo.

7- Maria do Socorro Rodrigues Correa:
Ativista sindical com mais de 15 anos de sindicalizada.

8 - Luciano Pereira:
Funcionário do Sindicato com mais de 25 anos de serviço na Casa.

9 - Indalécio Wanderley Silva:
Dirigente sindical e diretor do Sindimetal-Rio

10 - Jaime Santiago:
Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos.

11 - Luiz Carlos Antônio:
Ativista sindical da área de elevadores com mais de 30 anos de sindicalizado.

12 - **Maria das Graças Caetano de Amorim:**
Diretora do Sindicato na gestão 1996/2002, com mais de 20 anos de sindicalizada.

13 - Washington Costa (In memoriam):
Presidente do Sindicato de 1987 a 1990. Foi representado por sua esposa Sonia Maria Vieria da Costa.

14 - Carlos Manoel Costa Lima (In memoriam):
Presidente do Sindicato entre 1990 e 1996. Foi representado pela sua irmã Rosana Costa Lima.

15 - Maria José do Amaral:
Funcionária do Sindicato com mais de 30 anos de serviço.

ARTIGO

Quem é do mar não enjoa

A indústria naval como parte vital para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro

Luisa Barbosa Pereira*

No ano de 2017, diante de mais um período difícil para a economia fluminense, alguns desafios se impõem a esses trabalhadores e seu Sindicato.

Início de 1917. Embalados pelas mobilizações operárias e o grande movimento grevista daquele ano simbólico para trabalhadores de todo mundo, ano da Revolução Bolchevique, o núcleo metalúrgico da Federação Operária resolve fundar a União Geral dos Operários Metalúrgicos no curso das lutas estimuladas por esta mesma Federação[1]. Entre 1900 e 1910 ocorreram 111 greves. Entre 1919 e 1920, 258.

Para o historiador inglês Edward Palmer Thompson a classe operária constitui-se no seu fazer-se. É tanto um fato da história econômica quanto política e cultural. O fazer-se da classe operária se dá através de suas tradições, organização política, profissional, mas principalmente na sua experiência de luta[2]. E assim foi.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Sindimetal-Rio) estruturou-se a partir das mobilizações que marcam o início do século XX e tiveram como auge a grande greve geral de 1917, que reuniu cerca de 50.000 trabalhadores. Ao longo destes 100 anos passou por diferentes momentos: acumulou e perdeu direitos, enfrentou períodos de repressão, "milagre" e crise econômica, diminuição e crescimento da categoria. No ano de 2017, diante de mais um período difícil para a economia fluminense, alguns desafios se impõem a esses trabalhadores e seu Sindicato. Desafios que reproduzem, ainda que de maneira específica, ciclos de expansão e retração que caracterizaram o desenvolvimento da indústria naval no Rio de Janeiro e no Brasil ao longo dos anos.

A indústria naval no Brasil e no mundo

Diferentes pesquisadores já identificaram a dependência estatal da indústria naval em diversos países (Russo, 2016; Vega, 2016; Alén, 2016). No Brasil, análises desenvolvidas no âmbito do projeto *"No mesmo barco? Operário da Reparação e da Construção Naval*[3] *"* também demonstram que o Estado brasileiro foi não só o principal indutor da indústria como também comprador das mercadorias de alto valor agregado desse segmento (Pessanha e Pereira, 2017; Jesus, 2017).

Ainda que consideremos a dependência do setor produtivo de maneira geral ao Estado, especialmente em países de industrialização tardia como o Brasil, no setor naval a situação tem consequências particulares ao menos por dois aspectos: 1) A construção naval leva em conta a produção de bem de capital complexo, que requer significativos investimentos iniciais. Fabrica-se por demanda e a produção possui alto custo e largos prazos. O capitalista, ávido por lucro rápido, necessita de recursos também rápidos para a produção. Assim, só o Estado – e o capital agregado por ele através do trabalho[4] – pode salvá-lo; 2) o próprio Estado é também parte interessada na produção naval, devido sua influência na balança comercial, na autonomia econômica dos países

[1] Stotz, Eduardo. "Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945)". In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgi- cos. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2001, p. 136.

[2] Thompson, E. P. "A formação da classe operária inglesa", 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988.

[3] A pesquisa é um projeto do International Institute of Social History-Amsterdam-Holanda (IISH) o qual fazem parte no Brasil, além de mim, a Dra. Elina Pessanha (da UFRJ) e a Dra. Claudiana Guedes de Jesus (da UFRRJ). O projeto é coordenado pela Dra. Raquel Varela (da Universidade Nova de Lisboa) e Marcel van der Linden (do IISH)

[4] Como lembra Marx, ainda que os capitalistas queiram nos fazer acreditar que dinheiro gera dinheiro, o valor só é realmente gerado através do trabalho humano na produção. Um trabalhador, durante o tempo de serviço, agrega sua força de trabalho à mercadoria. O tempo gasto na produção da mercadoria é o que vai determinar o seu valor. Para mais sobre o tema ver: Marx, Karl. O capital, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed., 1985(1982), v.I, t.1, p.71 (Os Economistas).

e, no caso do Brasil, na exportação de *commodities* e no desenvolvimento da indústria petrolífera, que adquiriu um papel de maior destaque a partir da descoberta do petróleo na camada pré-sal em 2007.

Assim, além de influenciado pelas oscilações do mercado internacional e do preço do barril do petróleo[5], o desenvolvimento do setor fica extremamente atrelado ao projeto político econômico dos governos nacionais e, no final, a conta é sempre paga por aquele que é o único que gera valor, o trabalhador através do seu trabalho.

Nos contextos de expansão, a grande oferta de emprego leva milhares de operários a qualificarem-se, endividarem-se e até mudarem de cidade. Em seguida, na fase de retração, são atirados no desemprego e na incerteza[6].

Karl Marx, que já tratava do caráter anárquico da produção capitalista no início de sua análise sobre a mercadoria, o valor e o dinheiro[7] e da necessidade do exército de reserva para rebaixar salários e garantir a máxima extração de mais-valia, mostra que não há nada de novo no âmbito da reprodução deste sistema. O discurso é que – de tempos em tempos – sofre alterações de modo a adequar os interesses políticos e econômicos de cada momento, tendo como objetivo fundamental a concentração de capitais.

Tal fenômeno, desde o início do século XX, têm avançado cada vez mais. A fase da livre concorrência foi excedida pela fase do capital monopolista com a formação de grandes corporações em vários setores, e também na indústria naval. No período, estudado por Lênin em 'Imperialismo, etapa superior do capitalismo', os monopólios criados passaram a controlar as matérias-primas mais importantes e tornaram ainda mais fortes as contradições entre os cartéis e os não cartéis, esmagando os segundos. Tal concentração da produção levou à fusão do capital bancário com o capital industrial, num cenário em que os bancos se tornavam cada vez mais importantes e tinham o controle sobre todas as atividades, financeiras ou não, das companhias. Com isso, determinavam as condições de empréstimo, financiamentos e benefícios, de acordo com seus interesses e opiniões[8]. Lênin identificou esse processo também na indústria naval.

No início de 1903 uma gigante alemã e um truste anglo-americano concluíram um acordo para dividir o mercado de construção naval e seus lucros. A concentração desta indústria se manteve por décadas nos grupos compostos pela Hamburg-Amerika e a Norddeutscher Lloyd (alemã) e a International Mercantile Marine Co., ou como ficou conhecido, o truste Morgan, formado pela união de nove companhias americanas e britânicas. Não por acaso foram estes os países líderes na indústria de construção naval até a metade do século XX[9].

Desafios de sempre

Cem anos depois, com aparentes novos atores em cena, a lógica monopolista se mantém.

[5] Parte dessa reflexão a respeito da importância do Estado na indústria naval brasileira foi publicada na Argentina em 2016 em parceria com Elina Pessanha. Ver: Pessanha, Elina; Pereira, Luisa Barbosa. Estado e Industria Naval en Brasil: altibajos de una relación necesaria. In: Russo, Cintia (Org) Estado e Industria: La Construccion Naval en Argentina, Brasil, España y Portugal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC; Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

[6] Em pesquisa realizada durante os anos de 2008 e 2014 identificamos diferentes iniciativas do Sindimetal-Rio em parceria com instituições de formação de mão de obra para a indústria naval, para sanear aquele que no início dos anos 2000 era considerado por empresários e sindicalistas um dos principais problemas do setor: a formação da mão de obra. Chegou-se mesmo a cunhar o termo "apagão da mão de obra na indústria naval". Identificamos também a vinda de engenheiros (que atuavam no nordeste e principalmente em Pernambuco) à porta de estaleiros tradicionais da indústria naval carioca em busca de operários e prometendo bom emprego. Os resultados dessa pesquisa estão publicados na obra "Navegar é preciso: sindicalismo e Judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro", Multifoco, 2015.

[7] Marx, Karl. O capital, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed., 1985(1982), v.I, t.1, p.71 (Os Economistas).

[8] Lenin, Vladmir. Imperialismo, etapa superior do capitalismo.

[9] Em 1956, a Alemanha Ocidental e o Reino Unido concentravam juntos 47,5% do total da produção naval mundial, sendo a Alemanha Ocidental responsável por 17,3% e o Reino Unido por 23,1%. Os Estados Unidos, que possuem grande parte de sua indústria naval conectada à defesa nacional e à indústria de guerra, também lideravam a produção naval.

A crise na Petrobras, estimulada pela queda no preço do barril do petróleo[10] e pelo atual ambiente de caça às bruxas iniciado há três anos com o pretexto de combater a corrupção – que existe, é endógena e de fato precisa ser combatida no Brasil – está destruindo os setores da economia nacional para beneficiar uma burguesia imperialista e prejudicar uma corrupta burguesia nacional. Quem paga a conta, mais uma vez, são os trabalhadores. Em especial os metalúrgicos, no cerne do processo produtivo.

O ano de 2017 pode ser mais um ano de readequação do capital monopolista no setor naval. Mas pode também iniciar um quadro de reversão da exploração sistemática do trabalhador.

Que os 100 anos do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro inspire as lutas por um mundo mais justo, para os 99% da população.

Quem é do mar, não enjoa.

* Doutora em sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora doutorada integrada ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e ao International Institute of Social History (Amsterdam-Holanda). Docente de filosofia e sociologia em Armação dos Búzios-RJ-Brasil

[10] A queda no preço do barril do petróleo prejudicou não só a economia nacional como teve também consequências alarmantes para os países dependentes da exportação desse produto, tendo destaque a Venezuela e a Rússia. A queda no preço do petróleo precisa ser analisada como o todo de um mesmo processo, político e econômico.

Referências bibliográficas:

Alén, José Gomes. Notas para la historia de un astillero público. Bazán/Navantia en Ferrol. In: Russo, Cintia (Org) Estado e Industria: La Construccion Naval en Argentina, Brasil, España y Portugal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC; Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

Lênin, Vladimir Ilich. O Imperialismo etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

Marx, Karl. O capital, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed., 1985 (1982).

Pessanha, Elina; Pereira, Luisa Barbosa. Estado e Industria Naval en Brasil: altibajos de una relación necesaria. In: Russo, Cintia (Org) Estado e Industria: La Construccion Naval en Argentina, Brasil, España y Portugal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC; Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

_____. "Brazilian shipbuilding and workers between tradition and innovation: Shipyards Caneco/Rio Nave and Mauá - Rio de Janeiro, 1950–2014" In: Raquel Varela, Hugh Murphy, and Marcel van der Linden "Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World Case Studies 1950-2010". Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017. ISBN:9789462981157

Pereira, Luisa Barbosa. "Navegar é preciso: sindicalismo e judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval carioca". Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

Russo, Cintia. Estado e Industria: La Construccion Naval en Argentina, Brasil, España y Portugal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC; Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

Stotz, Eduardo. "Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945)". In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgi- cos. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2001.

Thompson, E. P. "A formação da classe operária inglesa", 3 vols. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1987-1988.

Vega, Rubén. Naval Gijón: la difícil supervivencia de un astillero privado. In: Russo, Cintia (Org) Estado e Industria: La Construccion Naval en Argentina, Brasil, España y Portugal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC; Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

Varela, Raquel; Murphy, Hugh; Linden Marcel van der. "Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World Case Studies 1950-2010". Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017. ISBN:9789462981157

RESENHA

Operários navais

PESSANHA, Elina G. da Fonte. Metalúrgicos, sempre operários navais: Da cultura de direitos às perspectivas dos sem-fábrica da Indústria Naval do Rio de Janeiro. In: Ramalho, José Ricardo & Santana, Marco Aurélio (Orgs). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Por Juliana Marques de Sousa*

No artigo, *Metalúgicos, Sempre Operários Navais*, Elina Pessanha reconstrói elementos que compõem a trajetória dos operários navais, isso porque para autora, esses trabalhadores apresentam tipicamente um estilo de vida operário que atravessa gerações e contextos históricos de protagonismo político e sindical, e que sinalizam para o processo de formação do operariado brasileiro.

Segundo Pessanha, os trabalhadores fluminenses se caracterizam pela resistência, de constante participação em movimentos políticos policlassistas desde o século XX. Dessa maneira, o movimento operário é atravessado por distintas correntes anarquistas, socialistas, comunistas e também pelo sindicalismo amarelo[1], que não demarcam só oposição, mas aproximação entre si no processo histórico.

Pessanha sustenta que a organização dos trabalhadores navais são exemplos expressivos do que viria a ser tradição sindical, pois constituem uma das mais antigas categorias profissionais voltadas para indústria do país. Atravessaram diferentes conjunturas, sobrevivendo à repressão, à punição, intervenção e perseguição de regimes autoritários, e também aos limites e inflexões do populismo e, mais recentemente, aos ciclos de desmonte neoliberal.

Os operários navais até então organizados em sindicato por ofício e outras inúmeras associações, realizam em 1964 a transição que os redefiniu como "metalúrgicos". Mesmo diante do golpe civil-militar que culminou no regime autoritário de quadro econômico recessivo e que resultou em desemprego em massa dos trabalhadores do setor.

De 1964 até 1980 se acentuavam sinais de uma crise terminal para o setor naval, mesmo diante desse quadro, os operários navais seguem no movimento político, nas conversas e reuniões, por vezes escondidas; é também nesse momento que esses trabalhadores assumem pioneirismo na negociação coletiva.

Já em 1979 acontece a primeira greve dos trabalhadores do setor naval depois do golpe de 1964. Dentre as principais reivindicações da categoria estava a remuneração das horas-extras, taxas de insalubridade e jornada de trabalho, segundo Pessanha esse foi um movimento de retomada de direitos perdidos pelos operários com o golpe de Estado.

Segundo Pessanha, os trabalhadores navais, agora metalúrgicos, possuem uma forte tradição operária e sindical, e são majoritariamente profissionais qualificados na ação de construir bens de capital de imensurável importância para economia do país.

E mesmo sofrendo ciclicamente ruptura e desmonte na produção do setor, e tendo o desemprego como prognóstico, condição que representa também o desapossamento da sua condição de operário, o que a autora chama de os "sem fábrica", os trabalhadores reagem e ressignificam suas lutas, suas práticas a fim de manter-se sua condição operária.

No artigo, Pessanha costura elementos constitutivos da história política dos operários navais como parte substancial de sua tradição. Observa inicialmente que o associativismo de trabalhadores e os movimentos de resistência não são páginas recentes na cena brasileira, e já se expressavam no século XIX, através do mutualismo[2].

[1] Corrente que mobiliza estratégias de negociação com patronato e autoridades públicas.

[2] Ações que correspondem a uma forma de organização coletiva com princípios econômicos e sociais que estabelecem uma relação constante de colaboração para um fim em comum. O mutualismo foi uma das questões centrais desenvolvidas pelo filósofo anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon.

Como é o caso da Irmandade de São Jorge no Rio de Janeiro, que reunia serralheiros, caldeireiros e outros trabalhadores do setor naval, que se associavam objetivando o controle do exercício profissional, a socialização técnica e mercado de trabalho, e ainda para fiscalização dos juízes de ofício e das licenças profissionais.

Assim vão se construindo brechas de resistência que se alargam e modificam no tempo, a fim de se contrapor aos danos sociais e culturais próprios do capitalismo e seu desenvolvimento. Já no século XX se configurou um ciclo de ampliação e luta operária, em destaque a autora relata a experiência da greve geral do Rio de Janeiro de 1903 e a greve de 1907 em São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados, que tinha em comum a luta pela jornada de oito horas de trabalho.

O I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906 com participação de várias organizações, entre as quais a Liga de Carpinteiros e Calafates Navais, do Rio de Janeiro e o Centro Operário Fluminense, de Niterói, consolidam segundo Pessanha, a influência do anarco-sindicalismo que atravessa o movimento operário. Sete anos mais tarde, em 1913, é realizado o II Congresso Operário Brasileiro.

Em 1917 mais de cinquenta mil trabalhadores pararam, dando o tom a uma greve geral de grande envergadura, mesmo em meio aos refluxos ao movimento político dos trabalhadores, advindos do período da Primeira Guerra Mundial. Paralelo a isso abriam-se também novos horizontes e lugares para os trabalhadores, matizados na Revolução Russa em curso. É nesse cenário que dois anos depois, em 1920, é realizado o III Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Em 1922 é criado o Partido Comunista do Brasil – PCB, maior tendência política sindical no final de 1951, período que segundo Pessanha, convencionou-se a chamar de "velho sindicalismo", tendo por característica atuação política acentuada e habilidade de crivar alianças com forças trabalhistas, a fim de avançar projetos em comum.

Já entre 1934 a 1945, Pessanha aponta que o Estado consolida o papel de controle sobre o operariado no Brasil, com uma Constituição (1934) ambígua no que se refere à autonomia e pluralidade sindical. Apossando-se e legitimando um modelo sindical corporativo, a fim de disciplinar e regular a produção da vida operária. Os trabalhadores reagem com afastamento sistemático dos sindicatos.

Como observa a autora, já o período de 1953-1964 foi cenário para efetivação e ampliação do alcance a "direitos", sobretudo dos trabalhadores do setor naval que desde 1963 incorporavam conquistas por meio do Acordo Coletivo de Trabalho, como a progressão profissional e salário base, pagamento das horas-extras com valor de 100% do valor normal do trabalho, dentre outras.

Contribuindo dessa forma para a construção de uma "cultura de direitos" dos trabalhadores, que se mostra nas suas práticas associativas, no modo como disputam politicamente visões de mundo, e ainda como mobilizam circunstâncias para ampliar garantias que permitam melhor a condição de produção da vida proletária.

Como aponta a autora, a década de 1970 foi de fôlego ao movimento grevista em várias regiões, acirrando a disputa das tendências sindicais e políticas, de um lado o PCB e PTB, o "velho sindicalismo", e do outro um "novo sindicalismo". Uma relação que não é de oposição absoluta, para autora, mas se trata de uma articulação entre experiências de gerações operárias diferentes que são substanciais e relacionais para compreender sua tradição. Mas que uma oposição tem uma transição entre gerações de trabalhadores, nas palavras de Pessanha:

> *O novo sindicalismo não surgiu do nada, e embora tenha sido bem-sucedido em criar outras regras de convivência sindical, de negociação coletiva e de relação com Estado, deve muito, por sua vez, ao sindicalismo pioneiro que o antecedeu. (2001, p.93)*

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensa precarização e adaptação produtiva diante da nova face do capitalismo contemporâneo. Paralelamente estava em curso uma retração econômica e desregulamentação das relações de trabalho, que culminou no desmantelamento de setores industriais tradicionais.

É nesse cenário que se agrava a crise do setor naval, para Pessanha isso não atinge só a condição economicista da relação de trabalho, mas é uma tentativa de esvaziamento do estilo de vida operário, da identidade que se imprima na relação com a sociedade, com Estado, sobretudo o modo como se constitui uma "cultura de direitos" dos trabalhadores brasileiros.

Sendo assim, a experimentação dos operários navais, agora metalúrgicos, tanto na atuação nos impasses de negociação, na organização de seus movimentos políticos, nas ações contestatórias, nas disputas de suas organizações, nas vitórias e derrotas são partes inerentes da tradição dos metalúrgicos e da reconstrução de suas lutas, sua pautas, seu futuro.

* Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Colaboradora do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ. Ex-funcionária do Arquivo de Memória Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Sindimetal-Rio).

Primórdios da organização sindicalista

Stotz, Eduardo Navarro. Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945). In: Ramalho, José Ricardo & Santana, Marco Aurélio (Orgs). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Por Paula C. S. Menezes (Socióloga)

O artigo de Eduardo Stotz, sociólogo e historiador da Fiocruz, recupera as origens do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, que nasce há 100 anos, sob o nome de União Geral dos OperáriosMetalúrgicos. As fontes históricas percorrem as atas de assembleias, periódicos e jornais da época, além de depoimentos colhidos pelo próprio sociólogo[1], recuperando os nomes de militantes históricos que participaram dos tempos turbulentos de repressão: João Lopes de Souza, José Vicente Lopes, Angenor Marinho, José Casine, Salvador Cruz, Mário Coelho Teixeira, dentre outros.

A principal contribuição do artigo, além de registrar uma memória importante na história dos trabalhadores brasileiros e suas organizações, é a leitura dos acontecimentos na esfera sindical em conjunto com as mudanças que se passavam no âmbito do Estado. Com esta leitura, podemos compreender como o Estado foi elemento definidor tanto da organização sindical, particularmente a partir dos anos 1920, quanto das divergências das correntes politicas que defendiam diferentes posicionamentos em relação às leis e ao governo.

Quanto ao segundo ponto, das correntes políticas, Stotz demonstra que progressivamente a influência anarco-sindicalista vai cedendo lugar a uma maior presença de comunistas, corporativistas e do "sindicalismo ministerialista" (conforme se referia à época o "sindicalismo de Estado"). As organizações proto-sindicais que precederam a fundação da União, nos primeiros anos do século XX, embora com pouco respaldo na massa operária, respondiam por uma organização integrada dos vários setores operários, afiliados à Federação Operária (anarquista). A organização da União (primeiro nome do Sindicato) se deu com uma reunião na própria sede desta Federação, e logo em seguida o sindicato adere à Greve Geral de 1917. Aliás, é justamente no âmbito desta greve que surgem os limites de reconhecimento sindical: no caso dos metalúrgicos, foi necessária a intermediação do Conselho Municipal para negociar com o patronato.

Nos primórdios do Sindicato, é possível verificar que o organização é fruto de um amálgama de concepções anarquistas, mutualistas e "trade-unionistas", esta

última observável na busca de arrancar do Estado leis de proteção ao trabalho. Assim, Stotz sinaliza que as diferentes influências eram costuradas e que as "clivagens ideológicas" marcam o movimento sindical mais propriamente a partir de 1919. A União dos Metalúrgicos chega a ser dissolvida em 1920, dando lugar a sindicatos de ofício, agrupados em Federação. Desde então, observa-se uma reorientação para o reformismo, que é encontrado em diversos estatutos soba forma de afastamento e independência de "facção ou doutrina política ou religiosa" ou ainda na busca da participação dos lucros da empresa. A reorganização da União Geral, em 1923, segue esta mesma tendência, adotando o nome de União dos Operários Metalúrgicos do Brasil.

É possível notar que a contribuição histórica e sociológica do artigo está em demonstrar que as transformações sindicais não são mero fruto de uma intervenção, por cima e por fora, do Estado.

[1] Os depoimentos foram colhidos durante pesquisa do sociólogo, no início dos anos 1980, para sua dissertação de mestrado, defendida em 1986. (A união dos trabalhadores metalúrgicos na construção do sindicato corporativo: 1932-1945. Niterói: ICFH-UFF, 1986).

Stotz indica os anos 1920 como um período de "acirrada disputa ideológica, experiências de massas e inicio da intervenção do Estado" (p. 154), que dão início a um movimento onde a "velha guarda" (os antigos militantes) começa a rever seus ideais, em direção a posições ideológicas do trabalhismo e do comunismo, e mais tarde do queremismo. Desta forma, a intervenção do Estado "de fora" encontra nas disputas ideológicas "de dentro" movimentos de resistência e/ou aproximação.

O período de "reorganização sindical" dos metalúrgicos é fundamental para o destino do Sindicato. Neste momento dá-se o debate entre comunistas e trabalhistas sobre o reconhecimento da União de acordo com a Lei 19.770 de 1931. De acordo com a nova orientação comunista, os militantes deveriam se integrar na tática de se organizar dentro dos sindicatos oficializados. Sendo assim, a principal divergência entre as correntes se concentram nas *linhas* políticas dos estatutos, onde se dá a principal disputa. Tornando-se um *fato consumado* a oficialização sindical, a União dos Trabalhadores Metalúrgicos permanece sob certa estabilidade nos anos seguintes, porém baseada centralmente na "capacidade do seu núcleo dirigente em atrair um grupo operário que se expandia numericamente e aumentava sua participação na força de trabalho industrial. (p. 148)"

Stotz analisa a influência das principais correntes a partir de uma análise dos estatutos do Sindicato dos anos 1933, 1934 e 1940. Embora haja curta distância entre eles, o período de intensas mudanças no Estado e as tentativas de "formatar" a organização sindical leva a uma constante reordenação das forças politicas que compunham o Sindicato. Um dos exemplos trazidos pelo texto é quanto às finalidades e métodos do Sindicato constante nos estatutos: enquanto nos dos anos 1933 e 1934, greves e boicotes são ainda considerados métodos de luta, já nos estatutos de 1940 celebra-se a contribuição com o Estado e com o patronato. Outro exemplo citado pelo sociólogo diz respeito ao reconhecimento das Juntas de Conciliação:

> *É interessante observar que os estatutos de 1933 não se referem explicitamente às Juntas de Conciliação e Arbitragem, criadas pelo decreto governamental em 1932, mas apenas, de modo genérico, a 'entendimentos, com quem de direito, de acordo com a situação.' Já os estatutos de 1934 admitem claramente participar nas comissões de conciliação e nos tribunais do Trabalho.*

Um sentido de luta e de oposição ao patronato e de maior autonomia sindical perpassa os estatutos de 1933, enquanto os laços com o Estado são mais enfatizados nos de 1934 (P. 152).

É precisamente nos anos 1930 que as iniciativas de solidariedade sindical vão dando lugar ao "corporativismo societário", nas palavras de Eduardo Stotz, e posteriormente ao peleguismo. Embora fortemente reprimidas pelas forças policiais, as iniciativas de solidariedade, que levavam a paralizações de apoio de outras greves, vão cedendo lugar a uma pauta prioritária de adequação dos sindicatos ao sistema de relações industriais erigido pelo Estado. As poucas iniciativas de solidariedade, como uma paralização de 1940 citada pelo autor, são coibidas pelos próprios delegados sindicais (p. 160).

O período do Estado Novo (1937-1945), com a proibição de greves e ações coletivas, marca o período "oficialista" e dos "Esforços de Guerra" (linha sindical a partir de 1942), no qual o Sindicato se engaja. Uma série de militantes é levada à expulsão e mesmo prisão, como o caso de João Lopes de Souza. É apenas na fase de redemocratização, a partir de 1945, que o Sindicato finalmente "encaminha a campanha salarial e reintegra no quadro social os associados anistiados" (p. 162).

Assim, nesta leitura articulada entre Estado e organização sindical, podemos observar como vai se desenhando a história marcante deste período do Sindicato dos Metalúrgicos. O Rio de Janeiro, ainda como Distrito Federal, é um caldeirão de acontecimentospolíticos difíceis para o sindicalismo, que se viu em alguns momentos impedido em sua legalidade. Porém, ao mesmo tempo, percebe-se que o Sindicato não se detém em suas divergências políticas, passando *de movimento* para um s*istema de organização*.

Anos neoliberais de FHC

Sindicato enfrenta o desmonte na indústria naval e a tentativa de retirada de direitos

Após o governo Sarney, o Brasil tem novamente um presidente eleito pelo voto direto, com Fernando Collor, que inicia o projeto neoliberal, depois aprofundado por FHC entre 1994 e 2002. Foi um período de grande recessão na economia, com forte desemprego. As privatizações foram aceleradas e a indústria nacional foi perdendo seu espaço. Se por um lado o governo avançava com a desnacionalização da nossa indústria, promovendo desemprego e perda de direitos, por outro foi um momento de resistência da classe trabalhadora, que lutava para manter suas conquistas. Nessa época, foram organizadas muitas caravanas para Brasília na tentativa de barrar as privatizações e defender os direitos da classe operária. Foi quando FHC taxou os trabalhadores de vagabundos.

Chaves na linha de frente em defesa do emprego e do setor naval

Nessa turbulência econômica e social, em 1996, Luiz Chaves foi eleito para presidir o Sindicato, onde já ocupava a vice-presidência, sendo eleito por dois mandatos (até 2002). Nascido em Duque de Caxias, aos 14 anos, Chaves já estava envolvido no movimento comunitário em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Em 1982, ele começou a trabalhar como eletricista na área metalúrgica.

Segundo Chaves, um dos principais objetivos da sua gestão era reconstruir a entidade e restaurar a confiança da categoria. Porém, o maior desafio era a luta contra o desemprego e a tentativa de retirada de direitos.

"*Precisávamos fortalecer a entidade, tirar dos conchavos e das mãos dos patrões, estar dentro das fábricas, junto com a peãozada, conduzindo as lutas e as negociações com firmeza e responsabilidade. Sempre defendemos a indústria naval e estivemos à frente das mobilizações e negociações visando a recuperação deste setor e a geração de empregos. Negociar sim, mas com os trabalhadores organizados e mobilizados*", alerta.

Assim como em tempos atuais, a indústria naval enfrentava diversos problemas. Os estaleiros viviam processos de demissão em massa. Por conta disso, várias manifestações ocorreram na porta das empresas, inclusive com a ocupação delas. O enfrentamento com a polícia era constante, em uma delas Chaves chegou a ser preso em Angra dos Reis, em um ato contra demissões. Neste período, a Petrobrás e o BNDES chegaram a ser ocupados pelos trabalhadores. Foi durante sua gestão que foi criado a secretaria de Energia, Indústria Naval e Petróleo, que ajudou a alavancar o setor.

Também estava na ordem do dia a luta contra as cooperativas. Com elas os metalúrgicos perdiam o vínculo empregatício (carteira assinada) e vários direitos como 13º, FGTS e licença maternidade. A medida contava com o apoio de empresários e estava em sintonia com as medidas do governo FHC.

"*Nós alertamos os companheiros sobre os verdadeiros objetivos dessas cooperativas, que era a terceirização, sem nenhum ônus ou obrigação trabalhista para os empresários. Elas foram criadas com apoio de boa parte da diretoria da gestão anterior. Por isso, rompemos com a política conciliatória e fizemos a resistência nos estaleiros como o Caneco (atual Rio Nave), Ishibrás e o Emaq*", declara Luiz Chaves.

A gestão ficou ainda marcada pelos investimentos na qualificação e requalificação profissional. A atenção às mulheres também era uma preocupação. A direção do Sindicato fortaleceu o papel da mulher na entidade, com políticas de conscientização e a participação na direção executiva da entidade, além de promover uma forte presença nas comissões de fábrica. O assédio moral era latente nas empresas, que até proibia as mulheres de ir ao banheiro. Nessa época ocorreu o que ficou conhecido como "a greve do xixi" na Luminex.

Ponto de destaque também foram as campanhas de sindicalização com o sentido de fortalecer a entidade e trazer novos lutadores. "Chegamos ao Sindicato com uma baixa sindicalização, promovemos grandes campanhas, com festividades na sede e subsedes, filiando centenas de trabalhadores, que votaram em um sindicato classista", definiu Chaves.

Foi sem dúvida um período duro para os trabalhadores, mas que o Sindicato soube, dentro das suas possibilidades, conduzir a categoria para a resistência e ampliar sua organização.

Patrono dos metalúrgicos

No ato em defesa dos trabalhadores e da democracia, Sindicato recebe a Medalha Tiradentes na Alerj

A maior honraria da Alerj, a Medalha Tiradentes, foi entregue ao Sindimetal-Rio, pela passagem dos seus 100 anos, no dia 24 de maio, por uma iniciativa da deputada estadual Enfermeira Rejane (PCdoB). A solenidade ocorreu um dia após a forte repressão ocorrida no Rio de Janeiro e Brasília contra os trabalhadores.

O presidente do Sindicato, Jesus Cardoso, fez questão de destacar o empenho não apenas da atual diretoria, mas também das passadas, que ajudaram a construir a entidade. Também fez questão de lembrar a atual situação política brasileira: "*Esse é um momento único para o Sindimetal-Rio, que completou 100 anos. Porém vivemos a pior crise no país, política e economicamente, temos uma elite que destrói o país e que não olha para os trabalhadores*".

Para o secretário-geral do Sindicato, Jorge Gonçalves, "*a nossa categoria é histórica e nos manteremos de pé sempre, resistindo bravamente*".

A deputada Rejane alertou sobre a fragilidade das liberdades no país: "*em um Estado Democrático, o povo tem pleno direito de demonstrar sua insatisfação contra medidas, sejam federais ou estaduais, que impliquem em perdas para os trabalhadores. Temos de reafirmar a soberania do País e aprovar mudanças na Constituição para definir eleições diretas já, que é a vontade do povo*".

Também participaram do ato o presidente do Grêmio dos Aposentados Metalúrgicos, José Ferreira Nobre, os deputados estaduais Waldeck Carneiro, Gilberto Palmares e Zeidan, além de diversos diretores do Sindimetal.

A solenidade homenageou vários ex-presidentes do Sindicato e o atual, que recebeu a Medalha Tiradentes das mãos da deputada Rejane: Benedito Cerqueira (In Memoriam), Oswaldo Pimentel, Valdir Vicente de Barros, Washington Costa (In Memoriam), Carlos Manoel (In Memoriam), Luiz Alberto Albuquerque Chaves, Mauricio de Mendonça Ramos e Jesus Cardoso.

De metalúrgico para metalúrgico

A retomada do setor naval e de toda a cadeia produtiva a partir da eleição de Lula

Entre 2002 e 2008, foi eleito para presidir o Sindimetal-Rio, o companheiro Maurício Ramos, que já era um antigo militante do movimento sindical, tendo participado da greve de 1979, no estaleiro Mauá. Foi um período que também ficou marcado pela reativação do setor naval.

No último ano do governo de FHC esse setor estava praticamente dizimado. Em 2002, o sistema Petrobras (trabalhadores próprios) empregava, segundo dados da Federação Única dos Petroleiros, 46.743 trabalhadores. Treze anos depois, os contratados eram 78.470, o que representa expansão de 67,8%.

Durante sua gestão, Maurício Ramos atuou diuturnamente para que a indústria naval e do petróleo retomasse seu caminho, estaleiros foram abertos e fábricas aumentaram o número de trabalhadores para dar conta das novas encomendas.

Em 2007, na passagem dos 90 anos do Sindimetal-Rio, Maurício esteve ao lado do presidente Lula para comemorar o então bom momento do setor naval brasileiro, bem diferente do que estamos vendo hoje. Recentemente, Lula chegou a dizer que no seu mandato foi possível provar que é possível recuperar a indústria naval, além de defender a manutenção da política de conteúdo local. Lula ainda criticou a mudança de diretriz da atual direção da Petrobrás, que deveria "continuar a fazer investimento no Brasil, contratando obra e exigindo conteúdo nacional" para evitar o risco de "engordar" estrangeiros, provocando desemprego no país.

"Foi um período especial. Vivíamos um momento de crescimento do país, com empregos e melhoria na renda. O setor metalúrgico crescia, empresas contratavam e o Sindicato empenhado no avanço dos direitos. Hoje a situação é bem diferente, mas essa categoria não arria nunca a bandeira metalúrgica", declara Maurício Ramos.

Fitmetal presta homenagens pelos 100 anos

Sindicato e diretoria recebem placa de comemoração do seu centenário

O 2º Congresso da Fitmetal, realizado de 25 a 27 de maio, em São Paulo, saudou toda a atual direção do Sindicato pela passagem dos 100 anos da entidade. A Federação também fez uma bela homenagem ao companheiro Ademir Cavalcanti, falecido no ano passado e que era funcionário da Nuclep e diretor do Sindimetal-Rio.

Congratulações e reconhecimentos pelos 100 anos do Sindimetal Rio

Conheci esse Sindicato na luta na década de 1980, em um piquete de greve, quando era diretora do Sindicato dos Médicos. Naquele momento já apoiávamos a luta dos metalúrgicos por seus direitos. Caminhamos muito, ocupamos BNDES, Petrobrás... O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio nunca se limitou às bandeiras corporativas, esse sindicato já enfrentou todas as adversidades, é o sindicato da luta democrática, muito simbólico para todos nós. ***Jandira Feghali – Deputada Federal***

Esse Sindicato que completou 100 anos é parte viva da recente história política do nosso país. É interessante verificar nos livros e nas pesquisas que o Sindicato participou de lutas históricas, como a jornada de 8 horas, direito a férias e outras. Rendo minha homenagem, também porque sou metalúrgico de origem e essa marca cunhou a formação que tenho e pauta minha ação. ***Luiz Sérgio – Deputado Federal***

Tenho uma modestíssima participação no Sindicato e me orgulho muito. Ali aprendi muito profissionalmente. Eram processos e mais processos, foi uma passagem muito importante na minha vida. O Sindicato tem essa simbologia de resistência, da luta por democracia e justiça social. São 100 anos gloriosos! ***Wadih Damous- Deputado Federal e ex-advogado do Sindimetal-Rio***

Quero homenagear esse combativo Sindicato centenário, em especial um grande companheiro nas minhas lutas, que hoje descansa em paz, Carlos Manoel, uma figura muito combatente e que nós nos espelhamos enquanto militante da causa social. Este centenário marca sem dúvida a nossa trajetória. ***Benedita da Silva – Deputada Federal***

Foi na luta que conquistamos nossos direitos. Os trabalhadores continuam de pé e cabeça erguida. Continuaremos nas ruas, parabéns aos 100 anos do Sindicato e aos trabalhadores, entidade que orgulha a todo o Brasil. Nosso abraço e solidariedade dos metalúrgicos de Caxias do Sul e Região (RS). ***Assis Melo - Metalúrgico e Deputado Federal***

Os trabalhadores brasileiros não vão baixar a cabeça. Contem com a gente em defesa os trabalhadores. Fora Temer! Em defesa dos direitos trabalhistas. ***Glauber Braga - Deputado Federal***

O governo Michel Temer quer enfraquecer a luta dos trabalhadores. Essa homenagem deve servir como estímulo aos sindicatos, é fundamental que a resposta seja dada nas ruas. Abraço aos colegas do Sindicato que tem 100 anos de coragem e destemor na defesa dos trabalhadores, que esse sindicato sirva de exemplo para tantos outros. ***Alessandro Molon - Deputado Federal***

Uma honra ter recebido uma moção que dignifica os metalúrgicos do Rio de Janeiro. Entrei na categoria em 1981 e, desde então, tenho por mais de três décadas essa relação com os metalúrgicos, com a luta dos trabalhadores do Brasil e particularmente com o Sindicato. Não é qualquer instituição que chega aos 100 anos, parabéns a todos! ***Edmilson Valentim – Metalúrgico e ex-Deputado Federal***

Esse Sindicato histórico, com 100 anos de luta. Desejamos mais mil anos de vida. Estamos vivendo um momento difícil para a classe trabalhadora. Precisamos unificar os trabalhadores contra esse governo golpista. Viva a classe operária! Viva os metalúrgicos! ***Geraldo Cândido – Ex-senador***

O Grêmio dos Aposentados tem a honra de estar presente e acompanhar todas as atividades deste Sindicato, que nunca fugiu da sua participação e da luta. Nosso princípio mútuo é a defesa dos trabalhadores e dos aposentados. Parabéns aos 100 anos do Sindimetal. ***José Ferreira Nobre – Presidente do Grêmio dos Aposentados Metalúrgicos***

A história desse Sindicato tem a marca da primeira revolução socialista no mundo. O Sindicato faz 100 anos e em outubro temos o centenário da revolução socialista. O sistema capitalista significa guerra e retirada de direitos. Viva a solidariedade da classe trabalhadora e vamos à luta na construção de um mundo melhor. ***João Batista Lemos – Secretário-geral da Federação Sindical Mundial***

A importância dos 100 do Sindimetal-RJ extrapola a luta da nossa categoria de metalúrgicos e metalúrgicas. Trata-se de uma entidade diretamente ligada às lutas de toda a classe trabalhadora, que se coloca de modo permanente na linha de frente em defesa dos interesses do nosso povo. Em nome da Fitmetal, saúdo todos os dirigentes do Sindicato, com a certeza de que conseguiremos evitar novos retrocessos e recolocar o Brasil na rota do crescimento e da valorização do trabalho. ***Marcelino Rocha – Presidente da Fitmetal***

Nesses 100 anos, o empoderamento das mulheres dentro do Sindicato merece todo o destaque. Temos, pela primeira vez, uma mulher na tesouraria da entidade. Também é muito importante a conquista concreta de termos uma secretaria das mulheres na executiva deste Sindicato, o que até pouco tempo não ocorria. ***Raimunda Leone – Diretora da Secretaria de Finanças do Sindimetal-Rio***

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro é uma entidade historicamente reconhecida, inclusive internacionalmente. São 100 anos de muitas lutas e de muitas vitórias para toda a classe trabalhadora do Brasil. ***Egeson da Silva – Diretor da Secretaria de Saúde do Trabalhador e Previdência do Sindimetal-Rio***

Tenho mais de 30 anos de participação no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Desde então, estive em diversas lutas onde a categoria mostrou sua força e organização. Foram muitos atos, manifestações, greves e passeatas em defesa dos trabalhadores, por melhores salários e qualidade de vida. Esses 100 anos têm a marca da resistência, principalmente neste período de ataque aos direitos dos trabalhadores. Seguimos juntos na luta!!! ***Indalécio Silva – Diretor da Secretaria de Comunicação do Sindimetal-Rio***

Parabéns a todos os metalúrgicos pelo centésimo ano do nosso Sindicato, que venham muitos outros centenários, sem que percamos a força e a determinação e a disposição de luta de outros que por aqui já passaram. Nesse momento em que as forças capitalistas e latifundiárias se jogam contra a classe operária é de fato o momento de nos organizarmos contra esta investida que só visa a destruição do movimento sindical. É o momento de pensarmos não como categoria, mas como classe. Unidos venceremos! Nenhum direito a menos! ***Jorge Gonçalves – Secretário-geral do Sindimetal-Rio***

É muito significativo fazer parte de uma categoria que completou 100 anos, tendo o simbolismo de ser um Sindicato histórico, de economia diversificada, com um setor extremamente estratégico e político como a indústria naval, compreendendo a nossa contribuição nas lutas e nas vitórias pelos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores do nosso ramo em nível nacional. ***Mônica Custódio – Diretora do Sindimetal-Rio***

Mais da metade dos meus 60 anos de vida foram em estreita ligação com as atividades deste Sindicato. Tenho fortes lembranças da garra dos metalúrgicos na greve de 1979 em que me vi naquele turbilhão de operários fazendo história. Depois participei da luta para derrubar a ditadura. Até hoje atuo no Sindicato, ao qual sou grato pelo que me proporcionou. Tenho maior orgulho de fazer parte destes 100 anos. ***Luís Oliveira – metalúrgico do Setor Naval.***

João Saldanha: 100 anos de um revolucionário brasileiro

Jornalista, político, técnico de futebol de clubes e da seleção brasileira, o João "sem medo" ainda hoje nos faz falta

Por André Iki Siqueira*

Quem lembra de João Saldanha apenas como o treinador que classificou a Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 1970, com seu time das "feras", ou como "o comentarista que o Brasil inteiro consagrou", só conheceu uma parte da vida de um dos melhores brasileiros de todos os tempos. Se hoje vivemos com liberdade e democracia no país é porque lá atrás, nos chamados anos de chumbo, muita gente lutou e combateu a ditadura militar. João Saldanha foi uma delas. João nunca abriu mão de seus ideais, denunciou as prisões, sequestros, torturas e mortes de seus camaradas do Partido Comunista Brasileiro e de todas as outras organizações de esquerda que sonhavam com um Brasil justo, humano e solidário.

João costumava dizer que tinha mais orgulho do que havia realizado na luta política do que dos títulos e vitórias que colecionava no futebol. Participou ativamente de todas as etapas da vida política, desde a luta contra o nazismo e fascismo, passando pela campanha do "Petróleo é nosso"; organizando a primeira grande paralisação sindical de SP – a Greve dos 300 mil; a guerrilha de Porecatu, no norte do Paraná; e denunciando as arbitrariedades dos militares durante todos os anos da ditadura. Por conta de um desses embates, João foi atingido por um tiro no pulmão, quando participava de um congresso da UJC, em 1949. A sede da UNE foi invadida pela polícia política e no meio da briga é alvejado à queima-roupa. Depois disso João fora preso algumas vezes, viveu clandestino em diversos momentos e teve sua saúde debilitada pelo restante da vida. Mas nunca recuou. Não foi à toa que Nelson Rodrigues o chamava de "João sem medo".

Gaúcho, filho do líder maragato Gaspar Saldanha, João nasceu no dia 3 de julho de 1917 e chegou ao Rio nos anos 30, quando se apaixona pela cidade, principalmente por Copacabana, praia onde começa a jogar futebol, no time do famoso Neném Prancha, ao lado de Heleno de Freitas, seu grande amigo dessa época. Logo em seguida João descobre o Botafogo, uma paixão eterna. Era Botafogo doente! Por sorte e destino, acabou diretor do clube e teve sua primeira experiência como técnico de futebol. Estreou de forma brilhante. João conquistou seu primeiro título sendo campeão carioca dirigindo o timaço que tinha Nilton Santos, Didi, Garrincha, Paulo Valentim e Quarentinha. O Maracanã, lotado, viu João ser carregado nos braços dos torcedores. Vale lembrar que o empate daria o campeonato ao Fluminense, que comemorava a vitória antes mesmo da partida começar, mas o placar final foi 6 a 2 e o tricolor de Telê Santana nunca mais esqueceria da máquina dirigida por Saldanha.

O maior feito de João no futebol aconteceu em 1969. A Seleção vivia uma crise, depois de ser eliminada na Copa de 66, na Inglaterra. Ninguém acreditava que o Brasil se classificaria para a Copa do México. Maior crítico da Seleção e já em plena atividade como comentarista esportivo, Saldanha é convidado por João Havelange, dirigente da então CBD – a CBF antiga, para dirigir o time brasileiro. Havelange, contam, tinha certeza que João não teria sucesso e, assim, calaria o inimigo. Errou feio. João convocou suas feras e escalou o time sem consultar ninguém. Escolheu os craques das melhores equipes. Com a base de Santos, Botafogo e Cruzeiro – Pelé, Tostão, Jairzinho, Carlos Alberto, Gérson, entre outros, o Brasil, rapidamente, passou a vencer e ganhou todos os jogos das eliminatórias. Um recorde só superado recentemente por Tite. Seleção classificada e jogando um futebol de primeira qualidade.

João montou a Seleção considerada por muitos como a melhor de todos os tempos. Mas aí começaram os problemas. O país estava sob ditadura militar, a comissão técnica da Seleção era formada por vários militares e o governo Médici queria usar o futebol como instrumento de sua política ufanista. Era a época do "Brasil, ame-o ou deixe-o". Enquanto isso, os companheiros de João sofriam com a perseguição implacável. Começa, então, uma campanha orquestrada para desestabilizar João e tirá-lo da Seleção antes da Copa. E se o Brasil fosse campeão com um comunista no comando do time? Ninguém poderia imaginar João em Brasília batendo continência para o general que ele tinha como o maior assassino da história do país. Não deu outra. Médici, dizem, queria escalar Dario como centroavante e João respondeu: "*Nem eu escolho ministério, nem o presidente escala time*". Saldanha caiu dias depois da declaração. João sem medo sempre.

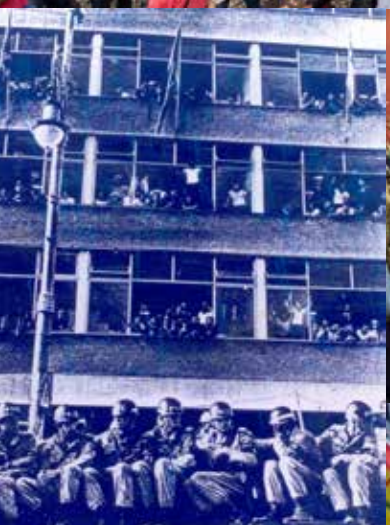
Como me disse Oscar Niemeyer, camarada e amigo de Saldanha: "João, como você faz falta!".

*Jornalista, autor da biografia "João Saldanha uma vida em jogo" e diretor do documentário "João Saldanha".

CORNIN

PELA APROVAÇÃ
30 HORAS

PETROBRAS
Estaleiro Inhaúma



TRABALH
DO
GEM

PLR, FOLGA DE CAMPO
E CARTÃO ALIMENTAÇÃO
DE R$ 330

10
Km/h

PLR, FOLGA DE CAMPO
E CARTÃO ALIMENTAÇÃO
DE R$ 330
ABAIXO A
DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

JANGO
e LOTT!

CTB

BANDEIRA DA FÉ

ZÉ CATIMBA E MARTINHO DA VILA

VAMOS
LEVANTAR A BANDEIRA DA FÉ
NÃO ESMOREÇAM E FIQUEM DE PÉ
PRA MOSTRAR QUE HÁ FORÇA NO AMOR

VAMOS
NOS UNIR QUE EU SEI QUE HÁ JEITO
E MOSTRAR QUE NÓS TEMOS DIREITO
PELO MENOS A COMPREENSÃO

SENÃO UM DIA
POR QUALQUER PRETEXTO
NOS BOTAM CABRESTO E NOS
DÃO RAÇÃO

SENÃO UM DIA
POR QUALQUER PRETEXTO
NOS BOTAM CABRESTO E NOS
DÃO RAÇÃO

PRA LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS
TEMOS QUE ORGANIZAR UM MUTIRÃO
E ABRIR O NOSSO PEITO CONTRA A LEI
DO CIRCO E PÃO

E AO MESMO TEMPO CANTAR, SAMBAR,
AMAR, CURTIR
SÓ ASSIM TEM VALIDADE MINHA GENTE
ESSE NOSSO EXISTIR

E AO MESMO TEMPO CANTAR, SAMBAR,
AMAR, CURTIR
SÓ ASSIM TEM VALIDADE MINHA GENTE
ESSE NOSSO EXISTIR

POR ISSO NÓS VAMOS